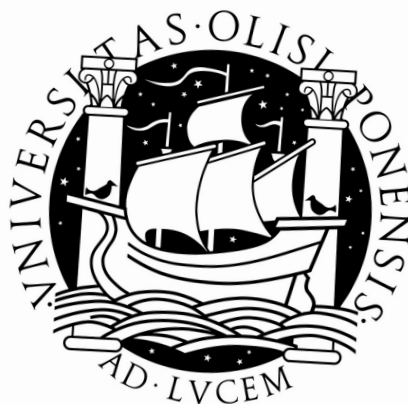


UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**"ENTÃO E HOJE, JANTAMOS O QUÊ?"**  
**O ACORDO E A TOMADA DE DECISÃO EM CASAIS**  
**BICULTURAIS**

**Nuno Alexandre Ferreira Duarte**

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**  
**Secção de Psicologia Clínica e da Saúde**  
**Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica**

**2009**

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO



**"ENTÃO E HOJE, JANTAMOS O QUÊ?"**

**O ACORDO E A TOMADA DE DECISÃO EM CASAIS BICULTURAIS**

**Nuno Alexandre Ferreira Duarte**

Tese Orientada pelo Prof. Doutor Wolfgang Rüdiger Lind

**MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA**

**Secção de Psicologia Clínica e da Saúde**

**Núcleo de Psicologia Clínica Sistémica**

2009

## *Agradecimentos e Dedicatórias*

*A redacção, e sobrevivência psicológica, desta Tese não teria sido possível sem o suporte e ajuda dos seguintes:*

*Prof. Doutor Wolfgang Lind.*

*Anne Paduart.*

*Álvaro Pizarro.*

*Kaya Marques.*

*Seagull.*

*A redacção, e sobrevivência psicológica, desta Tese é dedicada*

*à minha mãe e ao meu pai*

## **Índice**

Introdução	1
1. Considerações Históricas e Genéticas	4
2. Conceptualização Teórica e Revisão de Literatura	6
3. Definição de Casais Biculturais	12
4. O Acordo em Casais: Modelos de Relação Marital	14
5. Objectivos do Presente Estudo	23
6. Metodologia	24
6.1. Guião de entrevista semi-estruturada a casais biculturais	25
6.2. Realização das entrevistas.	27
6.3. Análise dos dados	28
6.4. A Codificação	30
6.5. A Categorização	31
6.6. Codificação e Frequência dos indicadores	33
6.7. Caracterização da Amostra	34
7. Resultados	36
8. Discussão dos Resultados	41
9. Limitações e Críticas	47
10. Conclusão	48
11. Bibliografia	50
Anexos	55

## **Índice de Gráficos**

Gráfico 1. Nacionalidade	34
Gráfico 2. Língua Materna	34
Gráfico 3. Idades do casal	35
Gráfico 4. Estatuto da Relação e Duração da Relação	35
Gráfico 5. Religião	36
Gráfico 6. Análise com 4 clusters	39
Gráfico 7. Análise com 3 clusters	39

## Resumo

O acordo é visto como um dos factores protectores mais relevante para a satisfação conjugal nos casais biculturais. Todavia, a forma como este acordo se processa é algo ainda pouco estudado. O presente estudo procurou, através de uma análise qualitativa (análise de *clusters*), contribuir com a formação de algumas hipóteses explicativas para esta questão. Foram entrevistados 10 casais biculturais com uma entrevista semi-estruturada que focava aspectos sobre o acordo e a tomada de decisão. As entrevistas foram gravadas, transcritas e depois submetidas a um processo de análise de conteúdo. Os resultados levantam hipóteses interessantes, sendo que as categorias de "*factores culturais divergentes*" e "*presença de aspectos decididos pelo cônjuge estrangeiro*" revelam frequências diferentes de pontuação para cônjuges nativos e estrangeiros. Sugerem-se, posteriormente, investigações quantitativas.

## Abstract

“So, and today, what are we going to have for dinner?” – Agreement and Decision Making in Bicultural Couples.

Agreement in bicultural couples is usually seen as one of the main protective factors that promotes marital satisfaction in between bicultural couples. Never the less, the way this agreement takes form is still something not that clear. The present investigation search to contribute, through a qualitative methodology (Cluster Analysis), to the formation of some hypothesis over this particular question. 10 couples have been interviewed with a semi-structured script that focused subjects as agreement and decision-making. These interviews were transcribed and subjected to a process of content analysis. The findings point out interesting hypothesis, given that categories of "stray cultural factors" and "presence of aspects decided by the foreign spouses" revealed frequencies that were different for native and foreign spouses. More investigation in this particular subject is suggested, namely quantitative ones.

## INTRODUÇÃO

Ao usar um programa informático de comunicação telefónica entre pessoas à volta do globo, verifica-se que, quase invariavelmente, se encontram mais de dez milhões de pessoas on-line. Se retirarmos todas aquelas que são os casos normais na utilização de um serviço relativamente gratuito de internet, fica ainda a pergunta: destes 10 milhões, quantos serão os casais que estão separados e, ao mesmo tempo, juntos naquele momento, por incontáveis quilómetros de linhas telefónicas, cabos de fibra óptica e emissões digitais. Quantos desses casais são de duas culturas opostas, e têm de lutar, para além da distância, mas com as distâncias que diferentes culturas implicam na sua maneira de ser?

De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), tendo como referência a recolha mais recente de dados, o total de população estrangeira residente em Portugal é de 401 612 indivíduos. Sobrepondo este valor com o da população portuguesa (10 617 575) temos que, hoje em dia, 1/30 da população é de origem estrangeira. Este dado adquire mais relevância se, ainda da mesma fonte (INE, 2007), considerarmos a proporção de casamentos celebrados entre indivíduos de nacionalidade portuguesa e nacionalidade estrangeira (neste caso, somente *países extracomunitários*), que é de 11% em relação ao total de casamentos celebrados em Portugal para esse ano. Ainda com os dados deste ano (INE, 2007), o total de casamentos celebrados por local de registo e nacionalidade dos cônjuges é de 46 329 no seu total sendo que, deste número, 1 003 são casamentos em que ambos os cônjuges são estrangeiros e o espantoso valor de 5 678 são casamentos em que um dos cônjuges é português.

Como se verifica é relevante o valor de casamentos em que um dos cônjuges é estrangeiro. Como irá ser abordado mais adiante, as uniões entre indivíduos de duas culturas não são recentes havendo muitos exemplos deste tipo de relacionamentos ao longo de toda a História, tanto portuguesa como universal. Todavia, na actualidade, esta situação tornou-se muito mais visível. A possibilidade da entrada livre de cidadãos europeus, bem como a (i)emigração e a busca de



melhores condições de vida e trabalho e, recentemente, os programas de intercâmbio de estudantes Erasmus, Sócrates, etc, permitiram um maior contacto entre pessoas de diferentes culturas. De qualquer forma, estes factos apenas explicam o "*porquê*" mas não o "*como*" das relações biculturais. Estas são apenas limiaramente compreensíveis. Romano (2001) descreve algumas características que poderiam estar associadas às pessoas que decidem entrar na terra encantada do casamento bicultural. A autora (Romano, 2001) refere a possível atracção despoletada por elementos culturais na personalidade do outro; a ideia, associada à biculturalidade, de romance, prestígio ou aventura; os acontecimentos, o contexto, que poderia propiciar a um relacionamento deste género: uma mudança na carreira, uma crise familiar; relações familiares aprovadas, desaprovadoras, facilitadoras e dificultadoras de relações biculturais; crenças, sentimentos e vivências com indivíduos provenientes de outras culturas, entre outras.

Lind (2008) refere que o acordo é uma das variáveis mais associadas à satisfação conjugal em casais biculturais. Todavia, os casais biculturais têm, pelo menos, dois desafios à partida que os seus homónimos monoculturais, pelo menos com a mesma magnitude, não têm: linguagem diferente e culturas diferentes. Acto contínuo, cremos que o paradoxo aqui reside no facto de que estes casais necessitam de ultrapassar as suas divergências - culturais ou não - de forma terem uma conjugalidade que os satisfaça. A pergunta insinua-se: se a comunicação é feita numa língua que é estranha, pelo menos, a um dos conjugues, e se, por outro lado, a linguagem está embebida em/na cultura mas, ao mesmo tempo, a cultura não é só linguagem (Burck, 2004), *como* será que estes casais biculturais ultrapassam as suas divergências? Quais os processos que subjazem à chegada de um acordo em casais biculturais? Quais os factores que influenciam ou dificultam a chegada a um acordo num casal bicultural? Haverá predominância de decisão dos cônjuges nativos em determinados aspectos?

Como Lind (2008) refere, os casais biculturais mostram um maior grau de intimidade mas também um maior grau de conflito. Dentro da mesma ideia, Knudson, Sommers & Golding, (1980), argumentam que os casais poderiam desenvolver um maior *insight* e acesso à perspectiva do outro através do conflito,

permitindo à relação uma maior adaptabilidade a crises e à mudança. Quando os casais reconhecessem o desacordo, existiria uma oportunidade para o casal progredir, aumentando o nível de meta-acesso à percepção da realidade do outro.

Lind (2008) refere também que estes casais biculturais, apesar de terem uma maior diferença em termos de rituais familiares e culturais isso, curiosamente, não constitui um factor de risco. Este facto poderia estar relacionado com os factores protectores que este investigador refere como pertinentes nos casais biculturais: um maior significado atribuído aos rituais familiares; o facto de a mulher ter um melhor desempenho e conhecimento da língua materna do marido; e um maior acordo sobre a forma como levar a cabo esses mesmos rituais familiares e culturais. Aliás, o mesmo autor (Lind, 2008), refere ainda que o acordo era a variável mais associada à satisfação conjugal em casais biculturais. Todavia, este é um dado curioso, na medida em que alguns autores conferem especial enfoque nas dificuldades a que estes casais estão sujeitos (Romano, 2001), nomeadamente em relação às diferentes mundo visões que cada elemento possui e que, inevitavelmente, produzirão tensões e conflitos (Falicov, 1986). Assim, esta é uma população de risco, e as implicações deste estudo para a prática são patentes, na medida em os casamentos biculturais detêm já um peso considerável no total de casamentos em Portugal. Por outro lado, são os casais biculturais bem sucedidos em termos de relação que nos levam a reflectir em como grande diferenças podem ser ultrapassadas (Sullivan & Cottone, 2006), e é necessário que haja um acompanhar da investigação e da terapia familiar para as implicações que duas culturas diversas têm num relacionamento (Mishne, 2002), seja ele casamento ou nem por isso.

# 1. Considerações Históricas e Genéticas.

*"Quanto mais longe vou, mais perto fico."*

Miguel Torga,

*in "Regresso"*

Em qualquer ciência, mormente nas ciências Sociais, o factor tempo é incontornável e é pertinente colocar as temáticas de estudo num contexto histórico. Como afirmava recentemente o Prof. Ermenegildo Fernandes numa comunicação oral, a ideia de diferentes culturas é algo bastante recente devido essencialmente a dois factores:

1) a uma sociedade nobiliárquica prevalecente na Europa Medieval, que, apesar de diferentes países, partilhava uma cultura de nobreza relativamente semelhante. Os casamentos entre indivíduos de diferentes países eram razoavelmente comuns. Mattoso, (s/data) refere, aliás, que o restringir da designação de "espanhol" aos habitantes de Espanha, é um fenómeno relativamente recente: pretende-se aludir aqui ao facto de não haver uma consciência nacional, com uma cultura associada, que pudesse ser auto-identificativa de um determinado país. Tome-se o facto do casamento de duas princesas portuguesas com dois elementos espanhóis: Fernando II de Leão e o seu filho, Afonso IX, o primeiro casado com Urraca Afonso (filha de Afonso Henriques) e o segundo com Teresa Sanches, filha de Sancho I, 4º filho do monarca Afonso Henriques. Outro casamento dentro desta classe nobiliárquica é aquele que junta, alguns séculos mais tarde, Maria Anna Josefa, arquiduquesa de Áustria, filha de Leopoldo I, casada com D. João V de Portugal. Um das suas filhas, D. Maria Bárbara, foi rainha de Espanha através de casamento com Fernando VI. Há também vastas referências sobre as comunidades estrangeiras em Portugal. Uma delas seria a genovesa, donde precisamente o nome de Spínola ou os Peçanhas seriam oriundos. Ainda na mesma comunicação oral, Prof. Ermenegildo Fernandes reporta que Dom Diniz contrata, em 1317, Micer Manuel Pezagno, Genovês, pertencente a aristocrática família, e notoriamente conhecido

como hábil cosmógrafo, para o cargo de Almirante-Mor de Portugal. Pezagno vem para Portugal já casado, mas enviuvando, re-casa em Lisboa com Leonor Afonso. O seu nome acaba por sofrer uma modificação, logo "aportuguesando-se" para Peçanha ou Pessanha.

2) predominância de uma linhagem patrilinear que impossibilitou, muitas vezes, a passagem do nome do elemento feminino e, portanto, a compreensão do local de origem de muitas mulheres raptadas, vendidas ou voluntariamente casadas com homens que não portugueses.

É curioso verificar que, na Catalunha, em pleno século XXI, três em cada quatro catalães têm, nos seus antepassados, alguém que foi imigrante em Espanha. De acordo com cálculos demográficos, sem a chegada de imigrantes, a Catalunha teria chegado ao fim do século XX com 2,400,000 pessoas e não com as 6,200,000 que presentemente possui (Salvador Cardús i Ros, 2005). Ao contrário do que poderia pensar-se, a imigração na Catalunha não significou uma ameaça à identidade cultural, política ou económica. Salvador Cardús i Ros (2005) afirma mesmo que a imigração foi uma condição necessária para a consolidação da Catalunha como uma nação.

Há também um ponto que nos parece importante abordar aqui, é o que diz respeito a questões de endogamia. Por exemplo, Bittles e Egerbladh (2005), investigaram, no norte da Suécia, zona até há pouco tempo isolada em termos de imigração, a prevalência de casamentos em que os elementos do casal estavam relacionados até ao sexto grau ou mais próximo. Os investigadores (Bittles & Egerbladh, 2005) chegaram à surpreendente conclusão de que, no período entre 1720–1899, dos 14.639 casamentos registados, 3.043 (20,8%) dos casamentos processavam-se entre primos até, no máximo, ao sexta grau. Bittles e Egerbladh (2005) relacionam posteriormente a frequência de casamentos endogâmicos e um alto grau de consanguinidade com doenças genéticas derivadas de um determinado gene. Pearson (2001) chega mesmo a afirmar que a evolução das comunidades do Paleolítico esteve profundamente relacionada com fenómenos de exogamia, em que indivíduos, mantendo ao mesmo tempo um laço com a sua comunidade de origem, colonizariam outros territórios, renovando o seu material genético.

Resumidamente, a imigração afecta a população residente, através da contribuição de uma nova cultura e também de material genético diferente.

## 2. Conceptualização Teórica e Revisão de Literatura

*"People are strange when you're a stranger  
Faces look ugly when you're alone  
Women seem wicked when you're unwanted  
Streets are uneven when you're down  
When you're strange  
Faces come out of the rain  
When you're strange  
No one remembers your name."  
  
People are strange, The Doors.*

É relativamente recente a tentativa de inclusão da Psicologia de variáveis culturais no seu *corpus* teórico (Lind, 2008). De facto, é apenas em meados dos anos 80 que há uma procura de conceptualizar e treinar profissionais que sejam sensíveis a esta temática (Mishne, 2002). Remetendo-nos para os Estados Unidos da América, grande parte da literatura que começa a considerar a variável "cultura", apresenta perspectivas que são ambivalentes. Como McGoldrick, Giordano e Pearce (1982) afirmam, as alterações demográficas resultantes de vagas de emigração não alteravam propriamente a visão da sociedade americana, nem a sua capacidade para tolerar a diferença. Havia, na altura, uma visão do “caldo cultural”, em que integrar as diferenças culturais era abdicar da própria cultura (Mishne, 2002). Esta visão tem vindo a ser progressivamente alterada para um modelo em que os indivíduos têm perfeitamente a possibilidade de manter a sua identificação com uma determinada cultura, mas ganhando ao mesmo tempo competências para compreender uma outra cultura. Esta conceptualização, proposta por LaFramboise, Coleman e Gerton, (1993), dá ênfase às competências de um indivíduo para adquirir compreensão

sobre temas de duas culturas. Estas competências incluiriam, por exemplo, conhecimento de crenças e valores de ambas as culturas, competências de comunicação entre culturas diferentes da sua, um repertório de papéis entre duas culturas, e eficácia bicultural. Ainda segundo estes autores, ter um sentido apurado das duas [ou mais] influências culturais, é um factor importante no ajustamento e nesta eficácia bicultural. Por outro lado, e na nossa opinião em contraponto com este estudo, Stroink e Lalonde (2009) referem a grande incidência dos conflitos em indivíduos biculturais de segunda geração, decorrentes de uma pouca identificação com nenhuma das duas culturas dos seus pais. Resumidamente, para estes indivíduos conseguirem adaptar-se a uma cultura, teriam de distanciar-se da outra, em especial quando as duas colidiam, em determinados contextos, com valores ou regras específicos a uma dada cultura (Stroink e Lalonde, 2009).

Ainda dentro desta temática algo polémica - na medida em que estes são estudos desenvolvidos em países com uma grande tradição de colonização e de imigração (Troink e Lalolonde, 2009), Phinney e Devich-Navarro (1997) usaram métodos qualitativos e quantitativos para estudar a identificação bicultural numa amostra de adolescentes afro-americanos e numa amostra de adolescentes mexicanos-americanos. Estes investigadores encontraram provas que apontavam para a existência de conflito entre as diferentes identidades culturais (Africana ou Mexicana vs. Americana), sendo que a natureza e a força deste conflito dependiam da capacidade do adolescente equilibrar as duas identidades. Os adolescentes que conseguiam integrar as duas culturas afirmavam ter um menor grau de conflito do que aqueles que se identificavam fortemente com a sua cultura de origem enquanto em certos contextos (p.ex escola) procuravam obedecer aos padrões vigentes na sociedade americana.

Os relacionamentos e casamentos entre indivíduos de duas culturas diferentes - Falicov (1983), fala de vários termos usados para definir estes casais, tais como *intermarriage*, *intercultural* e *cross-cultural marriages* - sempre foram, ao longo da História, relativamente frequentes. Um famoso e antigo exemplo de um destes relacionamentos foi o de Marco António, antecedido por César Augusto e a felina rainha egípcia - Cleópatra. Eles romanos, ou aquilo que hoje seria considerado como italiano, e ela egípcia, no que ainda hoje é Egipto, portanto árabe nas suas raízes

genéticas.

A literatura é vasta no que concerne às dificuldades pelas quais os casais biculturais de hoje em dia passam (Falicov, 1986; Romano, 2001). Por exemplo, o estresse bicultural ao qual os seus descendentes são sujeitos (Romero, Martinez & Carvajal, 2007), quando necessitam de escolher uma cultura à qual se possam identificar. Ou os conflitos em indivíduos biculturais de segunda geração que levam a uma pouca identificação com qualquer uma das culturas dos seus pais (Troink & Lalonde, 2009); as questões de camuflagem cultural: o hábito de desculpar características de personalidade com aspectos supostamente culturais (Lind, 2008). Romano (2001), por exemplo, baseada em 26 entrevistas a casais biculturais, elaborou uma lista de pontos em que os aspectos culturais poderiam vir a interferir na vida do casal. São eles, com uma pequena definição a) *O sistema de valores*: o que é bom, o que é mau, o que é certo ou errado; b) *Diferenças no hábitos alimentares*: o que comer, quando, preparado como; c) *Diferentes formas de viver e conceber a sexualidade e intimidade*: a virgindade, fidelidade, os filhos; d) *Papéis de género*: o que é suposto o homem fazer, que atitudes deve ter a mulher; e) diferentes noções de tempo: como trabalhar, que objectivos, o que é chegar atrasado (certamente um grande ponto de discórdia entre um português e uma britânica); f) *Amizades*: o que é um amigo, qual a proximidade com que @s amig@s se podem relacionar com cada um dos cônjuges; g) *Família de origem*: a ligação com a família de origem, como é que cada elemento do casal se relaciona com a sua família e com a família do outro. Um envolvimento normal para um dos cônjuges pode ser excessivo ou diminuto para o outro; h) *Diferentes religiões*: se cada um dos elementos deseja praticar ou não; i) *A educação dos filhos*: que valores transmitir, qual o nome que devem ter, se devem ser ou não baptizados, etc; j) *Língua e comunicação*: diferentes línguas, com diferentes sistemas de significado, e mesmo que o casal comunique numa terceira língua não partilha os mesmos significados; l) *Lidar com estresse e conflitos*: como é que cada cônjuge gere as suas emoções, como exprime os seus argumentos numa situação de estresse, etc; m) *Doenças e dor*: como cada cônjuge exprime e entende a dor e a doença. Este tema será abordado mais adiante; n) *Lidar com a morte e divórcio*: as leis de herança, as leis do divórcio, a custódia dos filhos, questões de pensão de alimentação, a expressão do luto e a

vivência da morte de alguém próximo; e finalmente, o) *Local de residência*: em que país de que cônjuge o casal decide viver, a menos que o casal decida viver num terceiro país. A este propósito, Adams (2002) denota que as emoções, e em particular a forma como o indivíduo se sente num determinado país, são determinantes no despoletar do desejo de mudar de um país para outro.

Concretizando, Molina, Estrada e Burnett (2004) acreditam que os estereótipos e os factores sistémicos de ordem negativa advindos da família e da comunidade, poderão criar fontes adicionais de conflito. Mas nem tudo é negativo: a despeito disto, através de um processo mútuo de adaptação e acomodação, os casais biculturais podem ganhar um maior entendimento e tolerância que eventualmente levaria a uma espécie de mútua aculturação. Os autores (Molina et al., 2004) afirmam ainda que as relações biculturais poderiam ser até complementares, levando a uma riqueza que seria menos provável de existir numa relação culturalmente menos diversa (Molina et al., 2004). Exemplificando, Baltas e Steptoe (2000) referem o facto de que, em 32 casais biculturais de turcos-britânicos, um maior número de dificuldades culturais estava correlacionado com o maior nível de depressão (Inventário de Depressão de Beck); os autores verificaram também que não havia relação entre o bem-estar dos cônjuges e o nível de aculturação de ambos os cônjuges. No mesmo vector deste argumento, Thomson (1990) refere a ausência do princípio da homogamia como um dificultador nos casais biculturais na justa medida em que os dois elementos do casal podem não partilhar a mesma classe socio-económica, ou os mesmos interesses ou gostos, mercê serem de culturas diferentes. Curiosamente, um seu homófono, Thompson (1998, cit. por Lind, 2008) ao estudar 35 casais com a aplicação de três instrumentos ( a) *Scale to Assess World Views*, b) *Battery of Interpersonal Capabilities* e c) *Dyadic Adjustment Scale*) verifica que a satisfação conjugal estava significativamente relacionada com a partilha de semelhantes visões do mundo e diferenças na flexibilidade interpessoal. No seguimento deste argumento, podemos acrescentar a conceptualização de Falicov (1995) afirmando que "...nos casamentos biculturais, os casais entram numa forma de transição inicial de valores culturais segundo a qual poderia haver um conflito com as normas, valores, significados e rituais do outro, algo semelhante ao que se passa num processo de migração e mudança cultural." (p. 234).



Como é possível verificar, não é claro se as relações biculturais trazem somente mais *ou* menos valias. É a nossa opinião que, como tudo, provavelmente trarão mais e menos valias, mas é importante que os casais consigam lidar com os diversos factores que intensificam o conflito, a rejeição ou a opressão dentro e fora do casal devido a factores estritamente culturais.

Se este é o ponto da situação hoje em dia, imaginemos de novo o relacionamento entre Marco António, antecedido por César Augusto, e Cleópatra, em que não havia canais de informação para minorar preconceitos e divergências culturais. Imaginemos, pois, como teria a mãe de Marco António reagido às notícias vindas de longe de que o seu filho estava enamorado, para casar, com uma árabe, ainda que princesa.

Como já foi referido, os casais biculturais detêm características que os diferenciam dos casais monoculturais, influenciando no relacionamento entre os conjugues de forma muitas vezes não tangível. É importante atender nestas características. Hall, por exemplo, (1990, cit. por Sullivan & Cottone, 2006) faz notar na diferença entre culturas de "alto-contexto" e culturas de "baixo-contexto" relativamente ao locus de identidade e da tomada de decisão. As culturas de alto contexto são aquelas que tendem a valorizar a dependência intragrupo, a previsão do comportamento, a manutenção de "face", ao passo que as culturas de baixo contexto são aquelas que valorizam a independência, a auto-eficácia e um estilo comunicativo mais assertivo. No seguimento desta ideia, Perel (2000, cit. por Sullivan e Cottone, 2006) propõe precisamente este enquadramento para a compreensão de como é que as diferenças culturais poderiam influir no casamento bicultural.

De qualquer forma, Yi e Chien (2006), num estudo em que analisam a disparidade cultural entre comunidades chinesas, denotam que a disparidade conjugal afecta, de facto, as relações conjugais, em especial se a disparidade de valores ou de experiências produz uma diferença notória. Este estudo é também pertinente pois foca a divergência cultural dentro de um mesmo país, numa cultura supostamente homogénea, algo que, como será explicado adiante, está fora do âmbito da nossa definição de casal bicultural.

A língua e a cultura *parecem* estar interligadas (Lind, 2008), a linguagem está embebida na cultura mas, ao mesmo tempo, a cultura não é só linguagem (Burck, 2004). De facto, um indivíduo monocultural pode ser bilingue, tome-se o exemplo de um mirandês, ou uma bonita belga que fale flamengo. De todo em todo, em qualquer um destes casos, os indivíduos não possuem precisamente a mesma cultura que, respectivamente, os restantes portugueses, ou uma belga da valónia, mas são do mesmo país, o que, só por si, questiona o facto de dois indivíduos serem do mesmo país e terem necessariamente a mesma cultura.

Assim, em relação à língua, é curioso verificar que, em Bruxelas, mesmo os que falam flamengo, como língua mãe, dirigem-se a um transeunte desconhecido primeiramente em francês, e só depois de verificarem que ambos falam flamengo, começam, então, o diálogo nessa língua. Situação semelhante se passa na Catalunha, em que apesar de 90% entender ambas as línguas oficiais (Catalão e Castelhana), automaticamente mudam para Castelhana se suspeitam estarem a dirigir-se a um não falante de catalão (Salvador Cardús i Ros, 2005). Burck (2004), reflectindo sobre esta temática, conclui que, dependendo da língua que estão a usar, todos os sujeitos estudados se sentem e se consideram muito diferentes do seu "eu" associado à sua língua de origem.

Curiosamente, e contrariando um pouco a tendência, criticada por Burck (2004), em que o bilinguismo é visto como criador de confusão mental, limitando o progresso intelectual das crianças não tanto na forma mas mais no conteúdo, há estudos que apontam para as diferenças cognitivas entre indivíduos monolingues e indivíduos bilingues. Por exemplo, Bialystok, Craik e Luk (2008) levaram a cabo uma análise de noventa e seis participantes, novos e velhos, monolingues e bilingues em que estes desempenhavam tarefas de avaliação de memória de trabalho, recuperação lexical e controlo executivo. Entre outras conclusões, os investigadores fazem notar que apesar dos indivíduos monolingues terem melhor performance nas tarefas de recuperação lexical, os indivíduos bilingues tiveram mais sucesso em tarefas de controlo executivo, pese embora terem menor conhecimento linguístico.

### 3. Definição de Casais Biculturais

Antes de prosseguir, é importante fazer uma clarificação sobre o conceito de casais biculturais e também sobre o conceito de cultura. Esta última é entendida como um sistema de significados socialmente partilhado (Geertz, 1973, Triandis, 1972, cit. por Adair & Brett, 2005) e construído. Neste âmbito, pretende-se uma cisão com o conceito relativamente tradicional de uma definição racial do conceito de bicultural. Existe alguma predominância para uma demarcação deste tipo de relação com ênfase na raça partindo do pressuposto de um primeiro enfoque sobre as diferenças entre raças associadas a diferenciais de poder, mais do que diferenças culturais dentro do próprio casal (Sullivan & Cottone, 2006). No entanto, temos também de considerar a própria definição de raça como algo elusiva, na medida em que existem inúmeras e diversas características corporais que, dentro da mesma raça, conferem aos seus elementos uma heterogeneidade desarmante de qualquer definição de biculturalidade meramente fundamentada em elementos dessa natureza (Cameron & Wycoff, 1998). De qualquer forma, as questões de poder, ou divergência e desequilíbrio deste, em função de raças diferentes num casamento bicultural, são preponderantes. McFadden (2001) aponta, antes de mais, para o facto da conceptualização principalmente racial, quando se pensa em uniões biculturais. Todavia, o autor propõe um modelo piramidal de progressiva adaptação do indivíduo e dos membros da sua família para um contexto de "relacionamentos interconjugais para além do hiato racial" (p. 41).

Estas questões, apesar de pertinentes para a dinâmica do casal, não abarcam a pluridimensionalidade que o conceito de biculturalidade implica. De facto como Sullivan e Cottone (2006) defendem, apesar de à primeira vista estes casais biculturais não apresentarem diferenças relevantes em relação a outros casais com um fundo multicultural, há uma compreensão de que estes casais *interculturais* são caracterizados por "...um maior conjunto de diferenças entre parceiros num leque maior de áreas, com raça, religião, etnia e o local de nascença como os factores primários." (p. 222). Como estes autores argumentam, cada factor, *per si*, acaba por ser menos impactante do que a sua combinação. A combinação destes factores é bastante frequente neste tipo de casais em que, por exemplo, se um homem russo

casar com uma mulher italiana, estes experimentam não só diferenças a nível da língua nativa, religião, mas também diferenças culturais marcadas na expressão emocional de afectos, emoções e sentimentos, gestão de conflitos e nos papéis de género. (Sullivan & Cottone, 2006). Assume-se, do ponto de vista da raça, que os casais multiculturais representam, em alguma medida, os conflitos raciais da sociedade (Molina, Estrada e Burnett, 2004) e que, em terapia, este conflito latente é o principal responsável afectando o casal bicultural (McFadden, 2001) . Todavia, esta visão, quanto a nós, refere-se a apenas parte do problema, já que sobrepuja outras características dos casais biculturais a uma.

Assim, propusemo-nos, ao longo deste estudo, seguir uma definição de casais biculturais proposta por Lind (2008), segundo a qual o casal bicultural é aquele em que os cônjuges diferem, necessariamente, em:

- 1- Língua materna;
- 2- País de origem dos cônjuges;
- 3- País de origem das respectivas famílias dos cônjuges.

Estes critérios pretendem revelar essencialmente o que difere os casais monoculturais dos biculturais. Quanto ao primeiro critério, a questão da língua é acentuada na medida em que, onde quer que o casal decida/acorde viver- num dos países de um dos elementos do casal, ou num outro país - a língua materna que os dois partilharão será inevitavelmente estranha a pelo menos um dos elementos do casal. Toda a comunicação verbal associada a uma cultura específica será inevitavelmente estranha para pelo menos um dos elementos do casal.

O segundo critério foca essencialmente o país de origem de cada um dos cônjuges, sendo que, segundo este critério, luso-descendentes, por exemplo, não poderiam fazer parte da amostra. Este critério parece-nos importante na medida em que, como refere Lind (2008), um inglês nascido em Portugal possui uma identificação com Portugal, tendo sido aculturado em relação à cultura portuguesa.

A questão da aculturação pretende ser mais contornada ainda com a inserção do terceiro critério, o diferente país de origem das respectivas famílias dos

cônjuges. De novo, como refere Lind (2008), um casal cujos cônjuges sejam de diferentes nacionalidades, mas que os pais de um deles seja do mesmo país dos do outro, é dificilmente considerado como bicultural, devido ao processo de aculturação.

Tal como Lind (2008) refere, basta que um destes critérios não seja preenchido para que um casal fosse excluído da amostra usada para este estudo.

Estes critérios não são absolutamente limitativos se quando o factor tempo é considerado. As culturas espanholas e sul-americanas, aquando da colonização, eram distintas umas das outras. Hoje em dia tal já não acontece. A cultura espanhola influenciou determinante e irreversivelmente a cultura sul-americana. Um casamento entre um espanhol e uma argentina já não será considerado bicultural: as línguas são profundamente semelhantes, e a cultura é paralela, não se desencontrando de forma relevante.

#### 4. O Acordo em Casais: Modelos de Relação Conjugal

*"You're good, good, good  
you're good.*

*Something tells me, something tells me,*

*Something tells me you can read my mind;*

*And your brain is calling to me one more time, your brain..."*

Mark Sandman, Morphine, "Good"

Todos os casais tomam decisões ao longo do dia, todos os dias. Apesar de algumas decisões serem relativamente fáceis e até automáticas, outras podem ser forçadas a ser tomadas devido a um contexto específico. Se é verdade que a maioria das decisões tem um impacto relativamente leve no decorrer da vida do casal (mono ou bicultural) algumas têm um efeito mais duradouro. Como casal, seja ele mono ou

bicultural, é relativamente aceite que o modo de um casal resolver um conflito - e chegar a um acordo - é particularmente importante para o sucesso do casamento (Barry, 1970, cit. por Knudson, Sommers & Golding, 1980)

O casal toma algumas decisões sozinho, e não necessita de chegar a um acordo sobre tudo. Há aspectos que são decididos individualmente - por se tratar de escolhas/gostos pessoais- sendo que o outro conjugue não necessita *necessariamente* de participar nessa decisão: como a cor das meias, ou o que é o outro vai usar naquele dia. Há todavia aspectos, e geralmente são os mais complexos, em que o casal decide conjuntamente.

Adams (2002) refere três modelos teóricos que subjazem à literatura relativa aos processos de tomada de decisão no casal: 1) os factores que afectam os resultados dos processos de decisão; 2) a conexão entre o tipo de relação e os processos de decisão, com uma relação muito forte com questões de poder no casal; e 3) a consistência dos processos de decisão entre esposo ao longo de assuntos diferentes. A autora (Adams, 2002) aponta, de qualquer forma, que todas estas aproximações têm o problema de ignorarem factores emotivos e julgarem que os decisores [os cônjuges] são estritamente racionais nas decisões que tomam. Por outro lado, focam-se em demasia nos resultados, e não nos processos em si.

Apesar de relativamente cronologicamente afastado, é bastante pertinente referir a conceptualização teórica proposta por Thomas (1977). Segundo este autor (Thomas, 1977), existiriam pelo menos cinco componentes no processo de tomada de decisão num casal, a saber: 1) uma situação problemática para a qual o casal não encontra uma concórdia imediata e alternativa; 2) a selecção de respostas verbais por cada um dos cônjuges, o que, segundo o autor (Thomas, 1977) é uma das componentes que mais vai contribuir para o resultado do processo de tomada de decisão; 3) o acordo, entre os cônjuges, de uma resposta com a intenção de se resolver o problema; acto contínuo, 4) o comportamento (respostas verbais e não verbais) de forma a remediar o problema e 5) a avaliação da adequação destas respostas para a resolução do problema.

Dois apontamentos que pretendemos fazer relacionam-se, por um lado, com a ausência de referência a factores culturais de forma explícita e, por outro lado, o facto de se enfatizar a questão da presença de um problema que é premente ver

resolvido, daí a necessidade de se chegar a um acordo ou decisão. Não se considera que a necessidade de uma decisão decorra de uma situação não conflituosa.

Thomson (1990), afirma que a maneira pela qual os casais chegam a um acordo tem pouco ou nada a ver com boa ou má sorte, mas sim com "processos gerais de formação e manutenção da família" (Thomson, 1990, p. 131). O primeiro destes aspectos diz respeito à interacção diária, à troca de informação, afecto e assistência entre os cônjuges. Assim, e de uma perspectiva sistémica, os objectivos de um dos elementos do casal irão afectar os objectivos do outro. O segundo aspecto teria que ver com uma componente mais social, e menos visível, de homofilia, ou seja, de experiências e vivências partilhadas pelo casal. O terceiro aspecto que facilitaria o acordo seria a homogamia, por outras palavras, a existência, à partida, de uma base comum em termos de classe social, económica ou intelectual (Thomson, 1990).

A autora (Thomson, 1990) propõe dois modelos e interacção entre os três aspectos referidos acima e, apesar de Thomson (1990) não fazer referência directa a factores culturais como facilitador ou dificultador do processo de acordo, cremos que estes poderão ser incluídos em cada um dos modelos.

O primeiro modelo reporta-se a um modelo linear no qual existem duas variáveis dependentes - os objectivos da mulher/namorada e os objectivos do marido/namorado - com efeitos directos mútuos, ou seja, ambas são afectadas pelas experiências partilhadas, bem como pela experiência individual de cada cônjuge. Os objectivos de cada cônjuge e as associações entre as experiências e os objectivos são vistos numa escala intervalar. O modelo não estipula os efeitos da homofilia no acordo, mas postula a possibilidade das experiências conjugais influírem no desacordo (Thomson, 1990). Cremos que as variáveis culturais podem ser incluídas quer nas experiências partilhadas - na homofilia -, mas mais significativamente nas experiências individuais de cada cônjuge.

A segunda teorização leva-nos até à terra dos modelos não lineares, em que as relações entre as variáveis dependentes - objectivos da mulher/namorada e os objectivos do marido/namorado - não são medidos numa escala intervalar e que basicamente o método de combinação irá depender de uma conceptualização teórica específica; e.g. objectivos em relação a ter um filho poderiam ser vistos da

seguinte maneira: a) nenhum dos cônjuges quer ter filhos; b) marido quer um filho, a mulher não; c) mulher quer filho, marido não; d) ambos querem um filho (Thomson, 1990).

Apesar de teoricamente aprazíveis, e complexos, estes dois modelos apenas tocam levemente na complexidade do acordo entre o casal. Para colmatar este facto, a autora postula que quando estas forças - homogamia, homofilia e influência mútua - não levam ao acordo, há outras regras alternativas. A *regra patriarcal* havendo prevalência invariável do elemento masculino (Thomson, 1990). A regra da *esfera de interesse* em que um dos cônjuges leva sempre a melhor nas áreas que supostamente lhe dizem mais respeito, como seja o pressuposto de que é o cônjuge feminino a educar os filhos (Thomson, 1990). A *regra do poder* em que de facto é sempre um cônjuge a liderar, contra a inércia do outro (McDonald, 1980, cit. Thomson, 1990). De novo, qualquer uma destas regras não é necessariamente exclusiva de casais monoculturais, mas o interesse está em ver precisamente como é que estes factores interagem num casal bicultural. Consistentes com estes dados, são os de Bell, Chafetz e Horn (1982), segundos os quais os autores argumentam que os maridos geralmente ganham os desacordos independentemente da estratégia de resolução que o casal use. Os autores postulam quatro estratégias de resolução de conflito: controlo (e.g., culpa, ameaças físicas ou se ele ou ela prometeu recompensas em detrimento da cedência do outro), influência (e.g., em que um dos elementos possui alguma informação especial sobre o assunto e a usa para resolver o conflito em seu favor), manipulação (e.g., em que um dos dois usava culpabilização do outro, alterações de humor ou mentiras) e autoridade, (e.g., se um dos elementos resolvia o conflito sem uso de nenhuma das estratégias anteriores) . Mais importante ainda, é a afirmação que os conflitos pessoais de um dos elementos do casal não são resolvidos numa base solitária, ou isolada. De facto, o pano de fundo do casamento molda os resultados da resolução do conflito (Bell, Chafetz e Horn (1982). Incorrendo o risco de sermos repetitivos, perguntamo-nos se culturas diferentes não representarão precisamente o "pano de fundo" de um casamento. Os autores conceptualizam o acordo como a) ou um dos cônjuges vencendo *sobre* o outro, ou b) chegar a um compromisso. A influência era a estratégia mais usada.

Adams (2002) refere um dado curioso das trinta e sete entrevistas realizadas



a casais biculturais com o intuito de estudar o processo de decisão sobre onde viver. Segundo a autora, os processos de tomada de decisão não são uni-direccionais nem estáticos. São processos que geralmente têm períodos de maior actividade de decisão, seguidos de periodos de mais calma. Por outro lado, e buscando um pouco na literatura de Psicologia Sistémica, nomeadamente o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979), Adams (2002) oferece-nos uma visão mais holística do processo de tomada de decisão no casal. A investigadora observa que há muitas relações, ao nível de vários sistemas, desde o micro até ao cronológico, que influem na decisão do casal e que, de certa maneira, o casal não toma a decisão sozinho

Knudson, Sommers & Golding, (1980), relativamente às mudanças no casal na intra-percepção do outro durante uma interacção de conflito e sobre o seu modo de resolução de conflitos, chegaram a conclusões relativamente semelhantes. Os autores (Knudson, Sommers & Golding, 1980) sugerem que envolver-se com o assunto estava associado com um aumento de cada cônjuge do acesso, e entendimento, à percepção interpessoal sobre a forma como o outro vivia o problema. Por outro lado, o evitamento do problema estava associado com o decréscimo de percepções válidas para os dois.

Ainda sobre a temática anterior, é pertinente citar um estudo de Godwin e Scanzoni (1989) precisamente sobre os processos de decisão no casal. Os autores (Godwin e Scanzoni, 1989) provam que os processos de tomada de decisão da mulher e do marido variam de assunto para assunto, bem como de um cônjuge para cônjuge. Todavia, a avaliação dos resultados das decisões não varia dentro do casal, apesar de a avaliação variar de assunto para assunto. No fundo, estes dados vêm a pôr em causa a unidimensionalidade do conceito dos processos de tomada de decisão do casal; conceito que, aliás, desde os estudos de Blood e Wolf (1960, cit. por Godwin & Scanzoni, 1989) está baseado em questões de poder e parte do princípio de uma unidimensionalidade ao longo de vários temas sobre os quais o casal decide. Assim, por exemplo, Scanzoni e Polonko (1980, cit. por Godwin & Scanzoni, 1989) reportam algumas variáveis de contexto as quais os autores pensam estar relacionadas com o processo e resultado da tomada de decisão: os recursos dos cônjuges, a interdependência emocional dos mesmos e os papéis de género que cada elemento assume. Estas características, do cônjuge ou do casal, são mais ou

menos esperadas de se manterem ao longo do tempo, influenciando a maneira do casal chegar a uma decisão, independentemente do assunto em discussão (Scanzoni e Polonko, 1980, cit por Godwin & Scanzoni, 1989). O que Godwin e Scanzoni (1989) afirmam decorre deste ponto, acrescentando-lhe que os processos e os resultados de uma "tomada de decisão conjunta estão relacionadas com a saliência e a importância de cada um dos temas para cada um dos cônjuges" (p. 293). Os autores salientam também que alguns tipos de comportamentos e /ou comunicação da parte dos maridos (e.g., coerciva) estão relacionados com a importância do assunto e, também, que estes temas de interesse têm, com o tempo, tomado uma importância semelhante quer para o elemento feminino, como masculino, sobrepondo esferas de interesse.

Num estudo sobre comportamentos de consumo, Ochsman (1979) faz referência ao que iria acabar por ser uma tendência prevalecente hoje em dia: que as diferenças que ocorrem no comportamento do casal são, entre os cônjuges, relativamente pequenas e que havia uma tendência para a mulher ser mais assertiva que o marido. A questão dos papéis de género é algo invertida na medida em que os comportamentos do casal seguiam um padrão bastante similar durante o processo de deliberação nas compras (Ochsman, 1979). Perguntamo-nos sobre as implicações que este facto tem para o comportamento de um casal bicultural, em que se pode pensar na existência, para além dos papéis de género, num papel de cônjuge estrangeiro ou nativo (Lind, 2008) em que o cônjuge nativo lideraria possivelmente mais, pela maior proximidade cultural com alguns aspectos a ser decididos.

Uma das relações que parece não ser muito clara na literatura é a de que haja, por si, uma diferença significativa em termos dos processos de decisão, e eventualmente acordo, atribuída *somente* ao género ou ao papel de cônjuge estrangeiro. Aliás, Bruine de Bruin, Parker e Fischhoff (2007) não fazem referência a que, em tarefas de tomada de decisão, a questão do género seja assaz pertinente. Todavia, Byrnes et al. 1999; Jianakopulos & Bernasek 1998 (cit. por Weber & Johnson, 2009) afirmam que as mulheres são mais avessas ao risco que uma determinada decisão implica. Por outro lado, Slovic (1999, cit. por Weber & Johnson, 2009), observa que estas diferenças não são essencialmente biológicas, mas sim o resultado de um estatuto socio-económico de maior dependência. No seguimento

desta perspectiva, Bruine de Bruin, Parker e Fischhoff (2007) referem o estatuto socioeconómico, as capacidades cognitivas e os estilos de tomada de decisão como relevantes no processo de tomada de decisão. Os autores referem com especial ênfase que as capacidades de tomada de decisão mais baixas poderiam levar a mais difíceis experiências de vida, ao passo que o stress de maus resultados poderia minar a qualidade das decisões dos indivíduos (Bruine de Bruin, Parker & Fischhoff, 2007).

Mais ainda, o desconforto emocional traduzido numa maior percepção de risco, implicaria, para as mulheres, alguns enviesamentos, nomeadamente, no investimento em algumas decisões (Weber et al. 2005 cit. por Weber & Johnson, 2009).

É importante frisar que o que aqui está em causa é, de novo, um papel de maior dependência, e não tanto uma questão de género ou de nacionalidade. Como Weber e Johnson (2009) afirmam de forma peremptória "...não há diferenças consistentes, entre homens e mulheres, que tenham sido sinalizadas em relação à aversão à perda ou em tarefas cronometradas." (pág. 73).

Há também aspectos centrais, valiosos para aqueles que negociam um acordo. Os sentimentos em relação aos resultados instrumentais (e.g., satisfação ou não com o resultado, justiça do acordo); sentimentos em relação ao *self* (e.g., manter a face, adequação com os valores do próprio); sentimentos em relação ao processo de negociação (e.g., a opinião ser ouvida); e sentimentos sobre a relação (e.g., solidez da relação para o futuro) (Curhan, Elfenbein & Xu, 2006).

Assim, há aspectos que de facto são centrais na vida de um casal e que, como tal, necessitam eventualmente de um acordo, sobre pena de cada um se apartar cada vez mais do outro, não se sentindo implicado e não tendo compromisso na decisão. Quantos filhos ter, estilos parentais, quanto dinheiro gastar e poupar, quanto tempo passado junto, a distribuição de tarefas domésticas, como lidar com uma crise, planos futuros etc. Estes aspectos são a pedra de toque dos casais biculturais, pois como cada um dos cônjuges é de uma cultura diferente, se cada um admitir de forma muito entrosada os seus valores culturais, isso pode entrar em choque com o que o outro cônjuge acha correcto em termos de educação dos filhos, onde viver, entre outros.

Tomar decisões com o objectivo de chegar a um acordo sobre determinado assunto é algo que "deve" ser feito a dois, com responsabilidade dividida. Por outro lado, é também importante que um dos cônjuges esteja comprometido com os desejos e necessidades pessoais do outro e que as decisões ou acordos sejam feitos de forma voluntária e não forçada, ou por complacência.

O tema do acordo em casais é geralmente abordado em termos de interacção conjugal e esta é muitas vezes vista em termos de discórdia e conflito (Miller & Olson, 1990), e por isso é difícil encontrar literatura que aborde o tema do acordo em casais directa, explicitamente e sem uma relação necessária com situações de conflito ou de discórdia. Miller e Olson (1990) postulam a existência de oito tipos de interacção conjugal (*wife-led disengaged*, *wife-led congenital*, *wife-led confrontative*, *husband-led disengaged*, *husband-led engaging*, *husband-led confrontative*, *husband-led conflicted* e *shared leadership cooperative*). Como é possível notar, só a um tipo de casal é referente a cooperação, sendo que não é o tipo ao qual os autores dão mais importância. Além do mais, os factores culturais não são de todo considerados. De qualquer forma, O'Leary e Smith (1991) dão especial ênfase à questão de "necessidade-complementaridade", ou seja, o facto de os indivíduos preferirem, na selecção de parceiro e na relação subsequente, cônjuges que completassem as suas necessidades. Por outro lado, os autores defendem também que, em relação à satisfação conjugal, e ao contrário da ideia comum de que "os opostos se atraem", os cônjuges ao invés de diferirem, tendem a ser similares. Além disso, o grau de similaridade está correlacionado positivamente com a satisfação conjugal. Os autores referem também que as características de personalidade negativas (e.g. impulsividade, instabilidade emocional, pouco ajustamento social, irritabilidade) estão relacionados com um baixo ajustamento conjugal. Não são referidas características culturais.

Thomson (1990) refere algo bastante interessante: que há dois processos em causa nesta temática: por um lado, o desenvolvimento de acordo sobre interesses ou objectivos para o casal e, por outro, a resolução de interesses ou objectivos diferentes para cada cônjuge. Este aspecto é muito importante para a temática deste estudo, na medida em que traduz a definição de acordo: O acordo é uma das possíveis maneiras de resolver um problema, tentando-se prevenir que o problema

volte a acontecer, pelo menos com as mesmas características. A decisão é o caminho, mas o acordo é a chegada.

Para terminar, gostaríamos de reflectir sobre a possibilidade de ser indiferente o género dos cônjuges e até mesmo ao papel de cônjuge estrangeiro para o casal chegar a um acordo. Serão as características da personalidade dos cônjuges mais relevantes para esse fim? Ou as próprias características da situação? Por exemplo, Curhan, Elfenbein e Xu (2006) especulam que não só a inteligência emocional mas também o envolvimento emocional poderiam funcionar como mediadores para a chegada a um acordo na vida real, fora *settings* laboratoriais. Ademais, há evidências que apontam precisamente para que haja estádios sequenciais de negociação para acordo comuns entre culturas diferentes. Adair e Brett (2005) propõem um modelo normativo de quatro estádios para a negociação tendo em vista um acordo. Apesar dos autores enfatizarem o aspecto organizacional, e portanto ser pouco replicável quer a conceptualização quer a aplicação de um modelo desta natureza em Psicologia da Família, este modelo é bastante interessante na medida em que os autores preconizam quatro fases (posicionamento relacional; identificação do problema; geração de soluções e chegada a um acordo) que são relativamente transversais a qualquer cultura, seja ela de alto ou baixo contexto (Adair & Brett, 2005). Apesar dos autores (Adair & Brett, 2005) apontarem como limitações ao seu estudo o facto das díades que analisaram ao possuírem um negociador de uma cultura de alto-contexto, e portanto mais flexível, as fases do modelo são relativamente estáveis ao longo de várias culturas. Assim, pomos a pergunta de até que ponto é que as características culturais são sobre estimadas ou determinantes para se chegar, ou não, a um acordo.

Debalde uma procura extensa, não conseguimos encontrar uma definição de acordo aplicada à família, e em especial ao casal mono ou bicultural. Assim, quando nos referimos a *Acordo*, estamos a usar uma definição que vê o "Acordo entre cônjuges" como: a) harmonia de opiniões entre os dois cônjuges sobre determinado assunto b) uma negociação e eventual compromisso entre opiniões ou desejos diferentes e c) um medidor/facilitador para situações semelhantes no futuro.

## 5. Objectivos do Presente Estudo

Quando geralmente se fala em *acordo* a ideia que surge é a de um conflito que necessita ser (ou que foi) resolvido através de um acordo. De facto, existe uma certa ideia de que não havendo conflito, não haveria escolha (Hogarth, 1980). Mas será necessário haver um conflito para se fazer uma escolha ou para se chegar a um acordo? Como já vimos, entre outras funções, o acordo é uma das possíveis maneiras de resolver um problema, tentando-se prevenir que ele (o problema) volte a acontecer, pelo menos com as mesmas características.

No que aos casais biculturais diz respeito, estamos interessados não tanto sobre o que é o que os casais decidem e eventualmente chegam a um acordo sobre, mas mais sobre como é que estes casais levam a cabo o processo de acordo e como, ao longo do tempo, o casal se torna eficaz na formulação de acordos.

Lind (2008) através de uma análise de regressão da escala de *Herança de Rituais Familiares* (HRF) chega à conclusão de que, a variável "Acordo" estava relacionada de forma significativa ( $p < .001$ ) com a satisfação conjugal em casais biculturais, mais até do que em casais monoculturais. Este dado é curioso na medida em que ao não partilharem a mesma culturas e/ou língua, a chegada a um acordo é algo que pode ser eventualmente diferente nestes casais do que nos casais monoculturais. Lind (2008) afirma que "...quanto maior o acordo e a satisfação sobre a forma como se realizam os rituais do casal, maior é a satisfação conjugal, tanto de casais monoculturais como biculturais" (pág. 391). Todavia, esta relação não é bem clara e, nomeadamente, não sabemos em que medida a biculturalidade afecta o acordo no casal.

Tendo por base este pressuposto, o presente estudo tem com objectivo principal estudar:

1- Como se processa o acordo em casais biculturais.

Mais especificamente, pretendemos também estudar:

2- factores que possam ajudar a chegar a um acordo;

3- factores que possam dificultar chegar a um acordo;

4- aspectos eventualmente mais decididos ou pelo cônjuge nativo ou pelo cônjuge estrangeiro e se há alguma sobreposição com aspectos decididos pela mulher (namorada) ou pelo marido (namorado).

No fundo, pretendemos proceder a uma análise que procura compreender, de forma aprofundada, estas questões da população alvo. Como os objectivos influenciam determinantemente o *design* da metodologia, propomo-nos pois a um estudo de ordem qualitativa.

Não pretendemos escamotear o facto, referido por Miles & Huberman (1994), de que os estudos qualitativos implicam certas desvantagens, nomeadamente, em relação à objectividade, replicabilidade e representatividade. Por outro lado, um estudo qualitativo tem a mais valia, que também não podemos escamotear, de permitir uma profunda e sistemática descrição dos fenómenos na perspectiva do sujeito (Lind, 2008) , e não de uma determinada escala.

## 6. Metodologia

Em relação a este estudo, torna-se pertinente atender ao que Thomson (1990) descreve em relação à dinâmica de uma díade que é o casal. A investigadora postula que quando o comportamento ou o resultado é partilhado [pelos cônjuges] duas complicações surgem: por um lado algumas experiências que subjazem os objectivos individuais são partilhadas, mas, por outro, dois conjuntos de interesses, ou objectivos, ou, no caso do presente estudo, respostas a perguntas, são traduzidos num só (o comportamento/resposta/objectivo/ do *casal*) e a verdade é que muitas vezes os objectivos de cada cônjuge, separadamente, são diferentes do conjunto.

Segundo Lind (2008) um estudo qualitativo é pertinente no caso de se tratar de uma área inovadora sobre a qual se sabe pouco e se pretende estudar que mecanismos e processos são mais pertinentes, de forma a gerar hipóteses que

possam vir a ser testadas e, entre outras razões, desenvolver e implementar medidas de avaliação culturalmente sensíveis, como é o caso do presente estudo.

Atendendo a estas questões, desenvolvemos uma investigação de ordem qualitativa, baseada numa entrevista, semi-estruturada, a uma amostra de dez casais que obedecessem ao critério previamente definido de "casal bicultural". As entrevistas foram gravadas num gravador analógico, sendo posteriormente transcritos.

Os casais foram seleccionados segundo o método bola de neve, tomando partido do facto de muitos dos casais entrevistados conhecerem outros casais na mesma situação. O contacto foi efectuado via telefone, sendo o dia agendado. O local da entrevista foi acordado, tendo em atenção a disponibilidade do casal. Duas das entrevistas foram levadas a cabo nas instalações da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (FPCE-UL), sendo as restantes oito em casa de cada um dos casais. As entrevistas duraram entre 40 minutos (a mais curta) e 2H30 (a mais longa).

## 6.1. Guião de entrevista semi-estruturada a casais biculturais.

Desde o início tivemos especial atenção na elaboração das perguntas que iriam fazer parte do guião de entrevista. Essencialmente porque estávamos conscientes de que as perguntas tinham de ser exploratórias e abertas o suficiente para que os sujeitos pudessem divergir nas suas respostas, mas que, por outro lado, teriam de ser razoavelmente limitativas, de forma a restringir o âmbito das respostas.

Adicionalmente, e com ajuda do orientador de Mestrado, tomámos também especial atenção, antes de levarmos a cabo um *brainstorming* colectivo para a elaboração de questões, à sequência das perguntas no guião, tendo presentes as recomendações de Krueger (1998) que incidem nas seguintes estratégias: a) partir de perguntas mais gerais para as mais específicas (afunilamento); b) partir de



perguntas mais positivas para as mais negativas e c) partir de perguntas menos directivas para as mais directivas.

Procurámos também que o guião fosse agrupado em grupos, ou blocos, de acordo também com aspectos defendidos por Lind (2008), a saber:

a - **abertura** : perguntas que servem essencialmente para criar um bom ambiente, consistindo em temas de apresentação e desbloqueadores do diálogo;

b - **introdução ao tema** : perguntas, de novo bastante gerais, que procuram, no nosso caso, apreciar as ideias que os sujeitos têm da temática em estudo;

c - **transição** : questões que fazem a ponte para o tema que pretendemos estudar;

d - **perguntas chave** : perguntas que estão intimamente relacionadas com o tema que pretendemos estudar e com os objectivos do estudo. Tal como Lind (2008) refere, este bloco agrupa oito a doze perguntas;

e - **conclusão** : reflexões finais, da parte dos entrevistados, geralmente não cotadas, que terminam o processo de entrevista semi-estruturada.

Tendo uma cuidadosa atenção a estes critérios, elaborámos o guião de entrevista semi-estruturado; primeiramente através de um diletantar por várias perguntas que achámos interessantes e, finalmente, através da selecção das que achámos mais pertinentes. Esta primeira versão do guião semi-estruturado foi sujeita a um pré-teste, para se averiguar a "...interlegibilidade, pertinência e clareza das perguntas assim como a qualidade das respostas obtidas." (Lind, 2008, pág 184.). Como se notou que não seria necessário fazer alterações ao questionário, mercê do fluir da entrevista e da boa qualidade de respostas, decidimos usar este pré-teste de um casal bicultural (alemão com portuguesa) para futura cotação.

## 6.2. Realização das entrevistas.

Antes de qualquer entrevista, indagámos, informalmente, aos casais do interesse de tomar parte do estudo, quais as suas expectativas, como se tinham conhecido, entre outras perguntas de carácter mais geral. Todas as entrevistas foram antecedidas pelo seguinte preâmbulo:

*Antes de mais, muito obrigado pela vossa comparência e disponibilidade em fazer parte deste estudo sobre casais biculturais. Estamos interessados em estudar como se processa o acordo – e tomada de decisão – em casais biculturais. Para tal, elaborámos este guião semi-estruturado de entrevista com 12 perguntas focadas nessa temática. Não há respostas certas ou erradas; respondam conforme sentem, procurando, ao mesmo tempo, ser objectivos. Tudo o que seja identificativo será mantido estritamente confidencial. Têm alguma dúvida?*

Foram esclarecidas eventuais dúvidas, iniciando de seguida a entrevista semi-estruturada.

*Guião de entrevista para casais biculturais.*

- 1) Digam, por favor, quando e onde se conheceram.*
- 2) O que vos vem à mente (em que pensam) quando ouvem falar de casais biculturais?*
- 3) Como acham que estes casais podem lidar com as (eventuais) diferenças entre os cônjuges?*
- 4) Qual o vosso conceito de “acordo entre o casal”?*
- 5) O que vocês têm a dizer em relação à importância de chegar a um acordo no casal?*
- 6) O que acham que pode facilitar ou ajudar a chegar a um acordo?*

- 7) *O que acham que pode dificultar chegar a um acordo?*
- 8) *Existem coisas que são decididas ou pelo cônjuge nativo ou pelo cônjuge estrangeiro?*
- 9) *Existem coisas que são mais decididas, entre vocês, pelo marido (namorado) ou pela mulher (namorada)?*
- 10) *Em que tipo de situações é mais difícil chegar a um acordo?*
- 11) *Imaginem uma situação em que chegaram a um acordo: como fizeram?*
- 12) *Imaginem uma situação de desacordo: como a encaram?*
- 13) *Que conselhos dariam a outro casal bicultural?*
- 14) *Têm mais qualquer coisa a dizer que me tenha escapado?*

### 6.3. Análise dos dados

Como afirmam Ericsson e Simon (1980) os dados verbais são uma fonte de informação fiável, e que pode ser encarada como dados e que, quando os dados verbais, recolhidos com cuidado e com compreensão completa das circunstâncias sobre as quais foram recolhidos são uma "...fonte de informação valiosa e bastante confiável sobre processos cognitivos." (Ericsson e Simon, 1980, p. 247) .

Seguimos, então, o processo para a análise de conteúdo proposto por Bardin (2004) que consiste, antes de mais, numa pré-análise, na qual foi levada a cabo uma "leitura flutuante" dos textos já transcritos.

Segundo Bardin (2004), segue-se uma fase de formulação de hipóteses e dos objectivos da investigação. Estes, por antecipação, já tinham sido definidos *à priori*, nomeadamente de forma geral a) Como se processa o acordo em casais biculturais; e, de forma mais específica, b) factores que possam ajudar a chegar a um acordo, c) factores que possam dificultar chegar a um acordo e d) aspectos eventualmente mais decididos ou pelo cônjuge nativo ou pelo cônjuge estrangeiro e se há alguma

sobreposição com aspectos decididos pela mulher (namorada) ou pelo marido (namorado)

Posteriormente, decorre uma elaboração de indicadores com escolha *à priori* das unidades de análise que são mais pertinentes para a investigação. Como será explicado, deixámos que as categorias surgissem dos dados, e não o contrário. A última fase foi a de preparação do material, com transcrição, na íntegra, do material gravado.

Assim, após a transcrição das entrevistas procedemos à análise das mesmas seguindo o percurso conceptual descrito por Bardin (2004) para a análise de conteúdo. O mesmo autor foca *dois processos* inversos de abordagem à formação de categoria :

1- "é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos, à medida que vão sendo encontrados" (Bardin, 2004, p. 119). Por outras palavras, uma abordagem *top-down* em que as categorias são estabelecidas *à priori* pelo investigador.

2- "o sistema de categorias não é fornecido, antes resultando da classificação analógica e progressiva de elementos (...). O título conceptual de cada categoria só é definido no *final da operação*" (Bardin, 2004, p. 119). Uma abordagem *bottom-up* em que as categorias vão surgindo, naturalmente, por análise sistemática dos dados.

Decidimos optar por esta segunda vertente devido à natureza dos dados. Adicionalmente, pretendíamos que as categorias surgissem de forma natural, dos próprios dados, sem que não houvesse necessidade de ajustamento dos mesmos a categorias pré-estabelecidas e, eventualmente, limitativas. De qualquer forma, como afirma Bardin (2004) "...é certo que o género de resultados obtidos pelas técnicas de análise de conteúdo, não pode ser tomado como prova inelutável. Mas permite, apesar de tudo, uma ilustração que permite corroborar, pelo menos parcialmente, os pressupostos em causa." (p. 81).

Seguidamente, procedemos à fase de redução dos dados, explorando o material e cotando-o. Segundo Bardin (2004), a fase de exploração do material

consiste essencialmente em operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas. Quando esta operação estiver concluída, procede-se ao tratamento dos resultados obtidos e interpretação dos resultados brutos que são tratados de modo a serem significativos e válidos. Permitirão operações estatísticas simples - frequências e percentagens- ou mais complexas - análise factorial, agrupamento por *clusters*.

#### 6.4. A codificação

Foi dada especial atenção ao recorte das unidades de análise. Como recortar o texto em elementos completos? Bardin (2004) afirma que a escolha de unidades de registo e de contexto deve responder, de maneira pertinente, às características do material aos objectivos da análise. Segundo o autor, o "tema" é "...a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura." (Bardin, p. 105). Para perceber este conceito, o autor concebe um conjunto de afirmações:

1) O tema, "enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (...) que não é fornecida de uma vez por todas" (Bardin, 2004, p. 105) na justa medida em que poderá haver temas que se alonguem mais dado ao nível de análise que estamos a tomar na altura;

2) o tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, etc.;

3) por outro lado, "...é pouco provável que se possam encontrar temas semelhantes num parágrafo, ou em alguns minutos de gravação, mas a probabilidade aumenta num texto de várias páginas, ou numa emissão de uma hora..." (Bardin, 2004, pp. 107-108);

4) e, finalmente, o tema terá de ser enumerado, para que, posteriormente, "a regularidade quantitativa da sua aparição (e contagem) seja aquilo que é

considerado como significativo" (Bardin, 2004, p. 109), essencialmente, e no caso vertente, em termos de contagem das frequências.

Como a unidade de registo tem um carácter implicitamente subjectivo, sendo que poderá variar em termos de natureza e dimensões, optou-se por efectuar recortes a nível do "tema", ao invés da "palavra", ou da "frase". De todo em todo, como refere Bardin (2004) o "critério de recorte na análise de conteúdo é sempre de ordem semântica" (p. 104), apesar de, por vezes, poder acontecer uma sobreposição com unidades formais (e.g, palavra e palavra tema; frase e unidade significante).

## 6.5. A categorização

"As categorias são rúbricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos -*indicadores*- sob um título genérico [definido pelo investigador], agrupamento esse efectuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (...) o que permite o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles[os temas, ou unidades de análise]" (Bardin, 2004, p. 118). O critério de categorização pode ser semântico (categorias temáticas): em que todos os temas que significam, por exemplo, *ansiedade*, ficam agrupados na categoria com o mesmo nome, enquanto os temas que signifiquem *descontracção* ficam agrupados segundo essa égide.

A formação de categorias é algo relativamente subjectivo. Haveria, portanto, outras categorias que poderiam ser concebidas. De qualquer forma, mercê dos contrangimentos da técnica de análise de dados ser a análise de conteúdo, a subjectividade é difícil de evitar, sendo apenas minorada pela cotação convergente com um outro juíz o que, no presente, infelizmente não se processou, sendo uma crítica que estamos prontos a admitir. Por outro lado, e ainda relativamente à formulação das categorias, é importante referir que estas não pretendem descrever, de todo, um construto psicológico. São agregações feitas a partir do cruzar dos dados recolhidos, de forma a categorizá-los. Mais categorias, e especialmente indicadores (temas mais específicos dentro de uma determinada categoria ou sub-

temas), poderiam ter sido incluídas na tarefa de categorização. Todavia, procurámos seguir fielmente as contingências de formação de categorias (Bardin, 2004), que são:

- A **exclusão mútua**: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão por categorias ou indicadores. As categorias para obedecerem a esta regra não poderão ser construídas de molde a que haja dúvidas sobre classificar determinada locução em duas categorias.
- A **homogeneidade**: o princípio anterior depende deste. Num mesmo conjunto categorial, só se pode funcionar com um registo e uma única dimensão de análise. Portanto, diferentes níveis de análise devem ser separados em outras análises sucessivas.
- A **pertinência**: a existência de uma categoria é pertinente quando considerada adaptada ao material de análise escolhido, aos objectivos da investigação e ao quadro teórico definido.
- A **objectividade e fidelidade**: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, deverão ser codificados da mesma maneira, mesmo quando submetidos a várias análises. Procura-se aqui evitar o enviezamento através de categorias bem escolhidas de acordo com o material em análise.
- A **produtividade**: as categorias são produtivas se fornecem resultados férteis em termos de frequência, de hipóteses e inferências.

Assim, exemplificando, ao invés de incluir uma categoria que fizesse sobressair aspectos específicos do casal (e.g trabalho, organização da casa, organização de tempos livres, alimentação), procurámos antes abarcar estes aspectos em categorias mais abrangentes. Respeitamos, assim, 1) as regras para a formação de categorias acima definidas (Bardin, 2004); 2) o tema que procuramos analisar frequencialmente e, decorrente deste ponto, 3) o facto de estarmos perante um estudo qualitativo e, portanto, estarmos interessados na explicação do acordo, e não tanto na descrição sobre aspectos muito específicos, ou quantificáveis, do dia-a-dia. Tentámos tornar cada categoria o mais abrangente possível, respeitando ainda assim, e especialmente, a regra da exclusão mútua. Por outras palavras, estamos

interessados no como é que os casais decidem, e não tanto no que é que eles decidem.

Propusemos e definimos as seguintes categorias<sup>1</sup>

A - "associações a casais biculturais"

XXX - "dificuldades associadas à biculturalidade"

IA - "ideias associadas ao processo de acordo"

F - "facilitadores do acordo"

D - "dificultadores do acordo"

CA - "conjuntura do acordo (ênfase na nacionalidade)"

CAL - "conjuntura do acordo (ênfase na relação)"

E - "estratégias de acordo".

## 6.6. Codificação e frequência dos indicadores

As categorias acima referidas serviram de esqueleto, que foi sendo preenchido pelas frequências advindas da cotação. De cada vez que aparecia um tema que era bastante amplo, esse era elevado a uma categoria. Se já houvesse uma categoria que o pudesse agregar, seria contabilizado como uma frequência num indicador específico.

Os resultados desta fase são apresentados no Anexo I com os indicadores, bem como com as frequências relativas para o cônjuge estrangeiro, frequências relativas para o cônjuge nativo, e frequências totais.

---

1

As categorias não foram especificadas para deterem correspondência com as perguntas do guião semi-estruturado

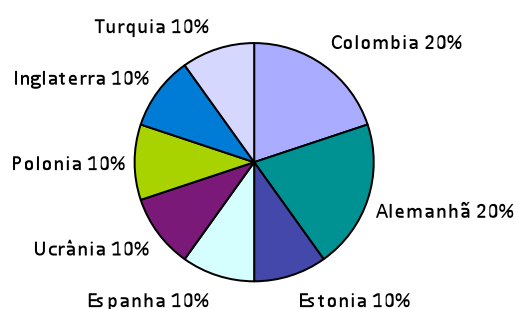


## 6.7 Caracterização da amostra

Da amostra fizeram parte 10 casais, escolhidos, ou "aliciados" a participar, de forma voluntária. Os casais foram contactados através de um efeito bola-de-neve. Apenas conhecíamos um único casal. Seguem-se agora os dados demográficos da amostra em estudo.

**Gráfico 1: Nacionalidade**

Dados demográficos - Nacionalidade



Como é possível observar, há uma certa heterogeneidade em relação às nacionalidades da amostra. O mesmo acontece em relação à língua-mãe. São apenas considerados os dados relativos à amostra de cônjuges estrangeiros ( $n=10$ ).

**Gráfico 2: Língua materna**

Dados demográficos - Língua-materna

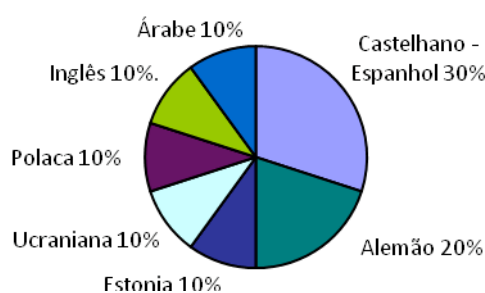
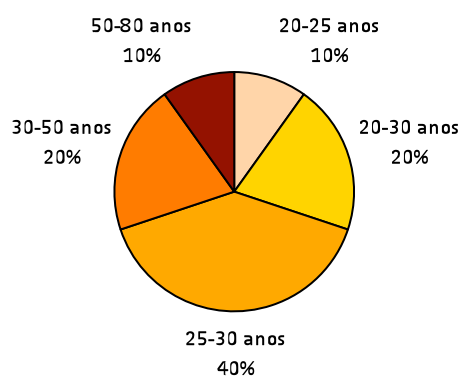


Gráfico 3: Idades do Casal

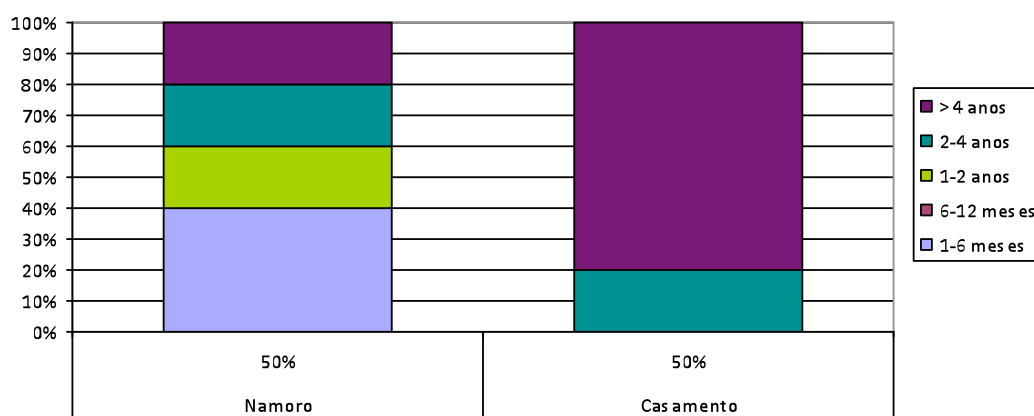
Dados demográficos - Idades do Casal



O gráfico 3 mostra a distribuição de idades no casal, com a proporção de casais dessa idade.

Gráfico 4: Estatuto da Relação e Duração da Relação

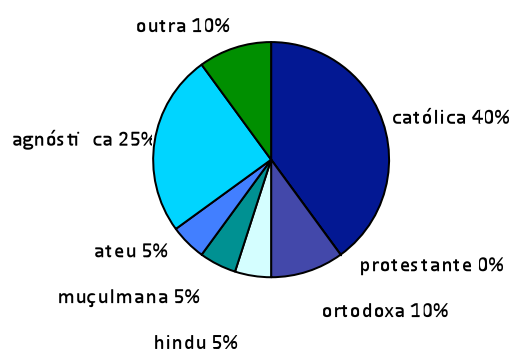
Estatuto de Relação - Duração da relação



O gráfico 4 indica o tempo de coabitação dos casais ou união-de-factos. A amostra em estudo apresentava 5 casais em união-de-facto(namorados) e outros 5 casados

Gráfico 5: Religião.

#### Dados demográficos - Religião



O gráfico 5 denota os dados relativos à religião.

## 7. Resultados

Os dados que obtivemos a partir da soma de frequências da fase de categorização foram submetidos, posteriormente, a uma análise de *clusters* ou classificatória do tipo *K-means*. Pretende-se, com esta análise, ver que elementos estavam mais associados entre si, formando classes através da agregação de um conjunto de entidades, de acordo com uma medida pré-estabelecida e, no presente estudo, com referência à nacionalidade do cônjuge (estrangeiro ou nativo). Esta análise, como refere Lind (2008), pretende uma divisão em classes, encontrando a maior variabilidade possível entre elas e a menor variabilidade possível no interior de cada uma delas. Por outro lado, como Pestana e Gageiro referem, (2003, cit. por Lind, 2008) a análise de *clusters* é muito útil de forma a detectar grupos homogêneos nos dados, podendo ser grupos constituídos por variáveis ou casos. A ideia é tentar que os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo sejam tão semelhantes quanto possível e sempre mais semelhantes aos elementos do mesmo grupo do que a elementos dos restantes grupos (Pereira, 2003)

Resumidamente, pretendemos distinguir quais as categorias que se distinguem mais das restantes, por outras palavras, quais os temas que acabam por ser mais significativos para a população-alvo (Lind, 2008) neste caso, para os casais

biculturais, mais especificamente, para os cônjuges estrangeiros ou para os cônjuges nativos e a forma como essas categorias se revelam de forma diferente em cada grupo.

Para a análise, felizmente com suporte computadorizado, realizou-se a estandardização das frequências, de modo a que estas constituíssem variáveis com média 0 e desvio-padrão 1 (commumente apelidadas de notas Z). Realizou-se a análise com base em todas as categorias anteriormente referidas, excepto as de A - "*associações a casais biculturais*" e XXX - "*dificuldades associadas à biculturalidade*" por uma questão de depuração dos dados, averiguando, *à priori*, quais as categorias mais significativas para análise. A base de dados inserida no SPSS pode ser consultada no Anexo 1.

Estes dados foram então submetidos a uma análise classificatória de 3 classes. Esta revelou que os resultados assim obtidos (3 *clusters*) eram muito significativos ( $p < .0001$ ).

Cônjuge Estrangeiro:  $F(2, 65) = 42,13, p < .0001$

Cônjuge Nativo:  $F(2, 65) = 72,55, p < .0001$

As categorias que cada classe agrega são visíveis no quadro 1.

Quadro1: A Análise de três *clusters*

	1º <i>cluster</i>	2º <i>cluster</i>	3º <i>cluster</i>
cônjuge estrangeiro	D2 CA1	IA1 F14 D3; D6 CA2 E1; E3; E4; E9	restantes itens
cônjuge nativo	D2 CA1	IA1 F14 D3; D6 CA2 E1; E3; E4; E9	restantes itens

Como nos encontrávamos na altura com acérrimo espírito científico, e como pretendíamos verificar se os *clusters* se mantiam numa análise mais alargada, decidimos progredir, procurando cruzar e comparar os dados da análise de 3 classes

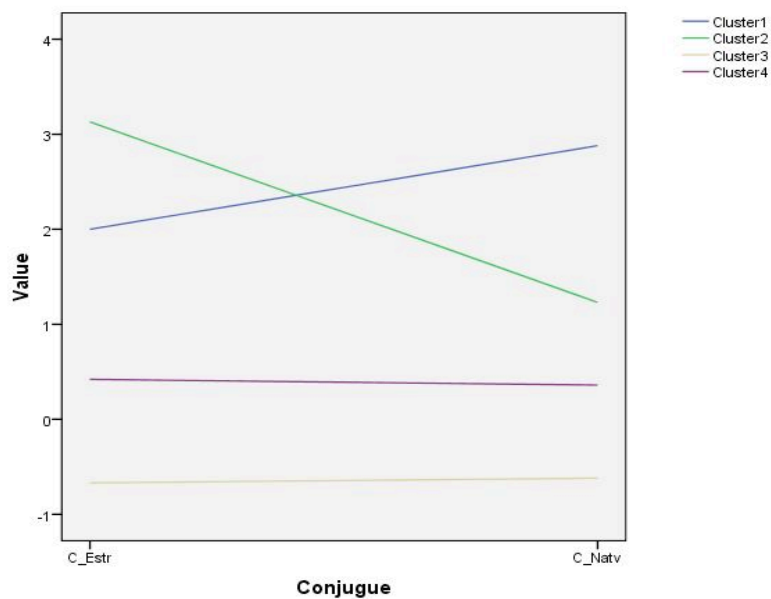
com os resultantes de uma análise de 4 classes. Os resultados obtidos continuaram a mostrar um elevado nível de significância ( $p < .0001$ ).

Quadro 2: A Análise de quatro *clusters*

	1º <i>cluster</i>	2º <i>cluster</i>	3º <i>cluster</i>	4º <i>cluster</i>
cônjuge estrangeiro	F14 E1 E3 E5	D2 CA1	37 itens	25 itens
cônjuge nativo	F14 E1 E3 E5	D2 CA1	37 itens	25 itens

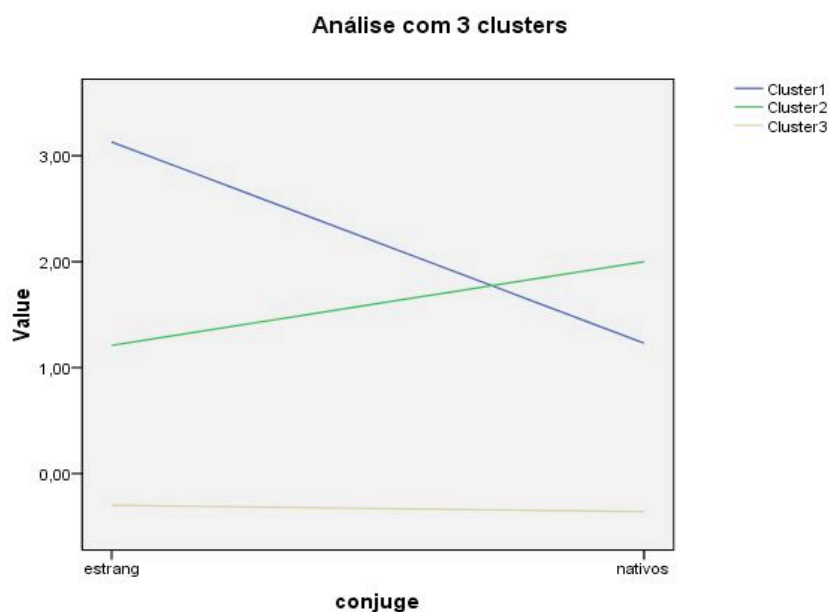
Os dados desta análise mostraram também algo sobremaneira interessante: que o 2º *cluster* era sobreponível ao 1º *cluster* da nossa primeira análise. Verificámos também que o 1º *cluster* desta análise continha duas categorias da análise efectuada com 3 *clusters*. Acrescidamente, o 3º e 4º *cluster* resultante desta segunda análise distinguia ainda os restantes itens. Estes, apesar de serem significativamente distintos (Cônjuge Estrangeiro:  $F(3, 64) = 115,41, p < .0001$ ; Cônjuge Nativo:  $F(3, 64) = 85,63, p < .0001$ ), como se denota também no gráfico, para ambos os grupos, possuíam demasiadas características (indicadores), o que os tornava de certa forma ininteligíveis.

Gráfico 6: Análise com 4 clusters.



O gráfico 7 mostra os três *clusters* em relação aos dois grupos em análise: cônjuge estrangeiro e cônjuge nativo. Pelas razões acima mencionadas, optámos por usar a análise de 3 *clusters*.

Gráfico 7: Análise com 3 clusters\*



\* Errata: no gráfico 7, no eixo das abcissas, onde se lê "conjuge" leia-se "cônjuge"

Ao traduzirmos as abreviaturas de cada categoria pelo seu correspondente por extenso, denotámos que seria mais relevante levar a cabo o presente estudo através da análise com 3 classes. Temos, assim, que pela análise do gráfico e concomitantemente pela observação de cada um dos *clusters* (especialmente o *cluster 1 e 2*) denotamos o seguinte:

Primeiramente:

- As categorias D2 (Dificultadores do Acordo: "factores culturais divergentes" ) e CA1 (Conjuntura do Acordo: "presença de aspectos decididos pelo cônjuge estrangeiro") encontram-se agregadas na classe 1.

- As categorias IA1 (Ideias associadas ao Acordo: "discussão" ); F14 (Facilitadores do Acordo: "Conhecer o outro independentemente da cultura"); D3 (Dificultadores do Acordo: "medo de ofender o outro"); D6 (Idem: "Tipo de Relação); CA2 (Conjuntura do Acordo: "presença de aspectos decididos pelo cônjuge nativo); E1, E3, E4 & E9 (Estratégias de Acordo, respectivamente: "comunicar/dialogar"; "acordo como aprendizagem e mediador"; "decisão da solução em conjunto" e "cedência") encontram-se agregadas na classe 2

- As restantes categorias/itens ou indicadores encontram-se s no *cluster 3*.

Posteriormente, e pela análise directa do gráfico, nota-se uma maior significância para a presença das categorias D2 e CA1 no grupo "cônjuges estrangeiros" do que no grupo "cônjuges nativos".

É também possível verificar que situação inversa se passa com a classe 2, na qual as categorias que dela fazem parte estão mais relacionadas com os cônjuges nativos do que com os cônjuges estrangeiros.

É de notar que o declive do *cluster 1* entre cônjuges estrangeiros e cônjuges nativos é maior do que o declive do *cluster 2*.

Os restantes itens têm uma presença relativamente semelhante quer para um como para outro grupo.

Por outras palavras, são estas as categorias/indicadores que fazem a diferença, e é nestas categorias que é preciso atender. De qualquer forma, e como já foi

referido, este é um estudo qualitativo, e portanto não é possível fazer inferências, mercê da natureza dos dados. Ainda assim, podemos, baseados na literatura, discutir os resultados, avançando algumas hipóteses para a ocorrência destas classes em particular.

## 8. Discussão dos Resultados

Nesta fase cremos importante fazer de novo referência ao facto de estarmos a lidar com os resultados de uma díade e que, portanto, os resultados têm de ser interpretados quer à luz de cada grupo (cônjuge estrangeiro e cônjuge nativo) como também, e em especial, atendendo ao casal e à interacção dos dois elementos. Concentrar-nos-emos sobre os *cluster 1 e 2*, já que o *cluster* três junta os restantes itens, mas de forma similar para ambos os grupos.

Parece-nos uma antinomia aquilo que verificámos e o que seria de esperar: uma atribuição bastante preponderante ao papel das diferentes culturas na génese e manutenção dos conflitos entre o casal (e.g., Baltas & Steptoe, 2000; Chinchun Yi & Wen-yin Chien, 2006; Falicov, 1995; Romano, 2001; Troink e Lalonde, 2009). De todo em todo, e de uma forma extritamente empírica, os nossos dados não revelaram o contrário do que vem referenciado na literatura. Até porque, como se verifica no *cluster 1* - em especial se considerarmos a categoria D2 - , as características culturais divergentes são referidas, quer pelos cônjuges estrangeiros, como pelos cônjuges nativos como dificultadores do acordo. O que nos chama a atenção é precisamente a discrepância com que cada grupo avalia esse dificultador. Aparentemente, os cônjuges estrangeiros referem mais essas características culturais divergentes do que os cônjuges nativos. Aquilo que Lind (2008) postulava, em termos de hipotéticos, como a existência de um papel de cônjuge baseado na nacionalidade (estrangeiro ou nativo) parece ganhar contornos mais palpáveis. Curiosamente, para os cônjuges estrangeiros, estas características são mais relevantes do que para os cônjuges nativos. Queremos aqui chamar a atenção, que o declive do *cluster 1* é bastante acentuado entre cônjuges estrangeiros e nativos. Como explicar este fenómeno? Podemos hipotetizar que os cônjuges estrangeiros se



confrontam mais com as diferenças culturais, por exemplo ao nível do macrosistema (sociedade), do que os cônjuges nativos, que vivem no seu país. Desta forma podemos entender o facto de os cônjuges estrangeiros mencionarem mais frequentemente factores culturais divergentes como dificultadores de um acordo.

Ainda dentro do *cluster 1*, categoria CA1- *presença de aspectos decididos pelo cônjuge estrangeiro* - é pertinente referir que os cônjuges estrangeiros continuam a referir mais este aspecto do que os cônjuges nativos. Em relação à possibilidade de existência de um papel de cônjuge estrangeiro, como Lind (2008) defende, questionamo-nos se se trata *objectivamente* de um papel social diferente que os cônjuges estrangeiros detêm ou de uma *percepção* diferente sobre o que esse papel implica. Se notarmos na diferença entre o grupo Cónjuge Estrangeiro e Cónjuge Nativo no que toca ao *cluster 1* observamos que os cônjuges nativos assinalam CA1 e D2 como menos relevantes, ao passo que os cônjuges estrangeiros assinalam estas categorias como mais significativas. Poderia ser que os cônjuges nativos têm a "percepção" de que os seus parceiros estrangeiros decidem menos do que aquilo que os cônjuges estrangeiros "sentem" que decidem?

A categoria D2 tem mais pertinência nos cônjuges estrangeiros do que nos cônjuges nativos. Podemos perguntar-nos o seguinte: até que ponto estarão os cônjuges nativos dispostos a abdicar de alguns pressupostos culturais, havendo uma aculturação *dentro do próprio casal*, para de certa forma de forma a minorar as características culturais divergentes que os cônjuges estrangeiros acham impedidores do acordo?

Em relação a esta observação, é pertinente citar um cônjuge estrangeiro que afirmava *"ele não se esquece que eu não sou de aqui, e para mim é importante a família (...) preciso de falar com a minha mãe, com o meu pai, com a minha irmã, todos os dias. Então ele arranjou uma maneira, no telefone, para chamadas grátis para eu poder falar com a minha mãe todos os dias. Ele ajuda a que não haja tanta distância, e isso para mim é muito importante"*.

O mesmo vem referido noutra entrevista de um cônjuge nativo: *"Eu também me sinto, não é bem na obrigação, não é bem a palavra, mas o D. está muito*

*afastado da terra dele e eu gosto que eu ainda continue a manter alguns elos de ligação. Digo-lhe para ele ligar à mãe dele, para saber de um cozinhado, e hoje vamos fazer um jantar colombiano. Também tem a ver com o conhecimento da cultura."*

Outra hipótese para os dados que obtivemos poderia ser que pelo facto dos factores culturais divergentes estarem intimamente ligados com a presença de aspectos decididos pelo cônjuge estrangeiro, que os cônjuges estrangeiros decidam mais os aspectos que lhes estejam mais "próximos", de alguma forma, da sua cultura, e vice-versa para os nativos.

Atendamos agora ao *cluster 2*.

Há a presença da categoria F14 (facilitadores do acordo): *conhecer o outro independentemente da sua cultura*. Ocorre também a categoria CA2 (Conjuntura do acordo): *presença de aspectos decididos pelo cônjuge nativo*, aparece menos referenciada pelos cônjuges estrangeiros do que pelos cônjuges nativos. Este facto parece reforçar a discrepância entre a frequência das duas categorias do *cluster 1*. Poderemos até levantar a hipótese de que ambos os cônjuges poderão estar mais centrados na conjuntura de acordo nos seus aspectos culturais, isto é, o cônjuge estrangeiro menciona mais frequentemente os aspectos decididos por ele, em relação ao cônjuge nativo e o cônjuge nativo menciona também mais aspectos decididos por ele em relação ao cônjuge estrangeiro.

Por outro lado, a categoria D3 (dificultadores do Acordo) : *medo de ofender o outro* relega-nos para as emoções que, como Adams (2002) refere, são potenciadoras dos processos de decisão, a par da categoria D6: *tipo de relação* que, como a autora também defende, poderia estar relacionado com o processo de tomada de decisão. Os dados indicam que para os cônjuges nativos "medo de ofender o outro" constitui uma categoria mais importante em relação aos cônjuges estrangeiros. Poderíamos levantar a hipótese de que a categoria "medo de ofender o outro" seria mais pertinente para os cônjuges nativos numa óptica de facilitar a vivência do cônjuge estrangeiro num país que não é o dele, abicando assim de alguns desejos próprios. Este dado é, todavia, pouco claro, necessitando de ser

investigado de forma mais aprofundada.

Um aspecto interessante neste *cluster 2* é a presença de quatro estratégias de acordo. A saber, "comunicar/dialogar"; "acordo como aprendizagem e mediador"; "decisão da solução em conjunto" e "cedência". Estas foram as características mais focadas pelos dois grupos, mas menos para os cônjuges estrangeiros do que para os nativos. Estes dados vão ao encontro dos estudos Heller e Wood (2000, cit. por Lind, 2008). Os autores verificaram, que casais monoculturais de judeus não diferiam, no seu nível de intimidade e entendimento mútuo, de casais biculturais (entre judeus e cônjuges de outra cultura). Entrevistas de *follow-up* revelaram, no entanto, diferentes processos para atingir as semelhanças no nível de intimidade. Nos casais monoculturais, os cônjuges sentiam, logo no início, uma maior semelhança e entendimento mútuo com base nos seus laços culturais, o que desenvolveu o nível de intimidade, enquanto os casais biculturais acharam que o processo de intensa negociação sobre as diferenças culturais levou a um maior entendimento e a uma maior intimidade. Parece haver nos casais biculturais uma maior necessidade de negociação. As quatro estratégias de acordo verificadas como sendo mais significativas "comunicar/dialogar"; "acordo como aprendizagem e mediador"; "decisão da solução em conjunto" e "cedência", poderão ser o reflexo ou resultado desta intensa negociação.

Pomos a questão de saber até que ponto é que o casal se vê a si próprio como indivíduos de culturas diferentes ou se, como aponta Falicov (1995), essas características são algo só despoletado por estímulos externos que fazem lembrar ao casal que ela é de um sítio e ele de outro. No presente estudo, todavia, existe pouca dispersão em termos de culturas de alto e baixo contexto já que "apenas" um casal poderia eventualmente ter uma grande disparidade cultural na medida em que a namorada é da Estónia e o namorado da Índia. É fantástico ver que mesmo este outro casal relega para segundo plano a cultura quando se trata do acordo:

*"...estamos sempre conscientes dessa presença da nossa cultura, é só que ainda não se fez notar, porque somos muito similares.."*

Por exemplo, ainda outro casal reporta o seguinte:

*"...para nós, o acordo é facilitado por muitas vezes aspectos que não têm que ver com a cultura de um ou de outro. São aspectos gerais do ser humano."*

Com isto não pretendemos afirmar que a cultura não tem, de facto e só por si, influência nas decisões e no eventual acordo do casal. Poderá acontecer também que os cônjuges não estejam muito conscientes das suas diferenças culturais, sobretudo numa fase inicial da sua relação como Romano (2001) afirma. Todavia, e se denotarmos mais uma vez na categoria D2 do *cluster 1*, reparamos que às divergências culturais é atribuído um peso diferente consoante se trata do cônjuge estrangeiro ou nativo.

Por outro lado, há um aspecto que é bastante focado pelos casais, e que diz respeito à categoria E1 "*comunicar/dialogar*", que é a necessidade de comunicar para chegar a um acordo. Mesmo que isso envolva discussão (categoria IA1) Como refere um casal e outro:

*"...uma comunicação fluida que permita um bom entendimento dos argumentos e das ideias que estão na mesa para as duas pessoas. Primeira coisa. Entender bem, sem entender bem não dá para tomar a decisão, ou então é tomada com base no vento. Portanto, isso é a primeira coisa, entender bem, quanto a mim."*

*"...essencialmente o diálogo. Diálogo esse nem que seja às vezes a discutir, a única forma de chegar a um acordo é através disso, de dialogar, de conversar..."*

Mais uma vez estamos em presença de afirmações, que revelam a importância do diálogo e processo de negociação em casais biculturais.

Há também várias locuções interessantes que dizem respeito à categoria E3 "*acordo como aprendizagem*", por exemplo:

*"...Tem de haver uma base comum de acordo prévio, de contrato, em que essa base comum fundamente o entre aspas contracto. Têm de haver regras que fundamentem*

*esse "contracto", isso baliza tudo. A partir daí as outras coisas são quotidianas em que tenha de haver uma decisão, sei lá, querer isto ou querer aquilo, o querer comprar isto ou querer comprar aquilo, isso está a um nível em que eu posso dizer 'ok, eu não concordo, mas tu queres, tudo bem, eu aceito não é tanto, eu fico na minha tu ficas na tua, é mais no sentido de "ok, tu queres assim, eu não concordo, mas tudo bem, tudo bem', é mais nessa perspectiva."*

Outro casal refere, ainda a propósito desta temática, o seguinte:

*"...Acordo é conseguirmos uma plataforma de entendimento. Aliás, em qualquer casal, não precisa de ser bicultural, esta é a base de uma boa relação. É claro que se houver diferenças ainda maiores essas terão de ser alvo de maior negociação..."*

É de facto curioso como a questão das *"...diferenças maiores..."* implica uma negociação entre o casal. Questionamo-nos se nestas *"diferenças ainda maiores"* se incluem as questões culturais também. Em relação à categoria E4 *"decisão em conjunto"* é possível citar o que um cônjuge nativo profere:

*"...Uma relação é sempre feita a dois. Se eu tomo uma decisão que afecta os dois mas sem o consultar a ele, ou sem ter em consideração o que ele pensa e da mesma forma se ele toma uma decisão sem ter em consideração aquilo que eu acho e aquilo que eu considero, seria estar a ofender-nos, seria estar a desrespeitamo-nos um ao outro, e então não seria uma relação, seria o eu, e não o nós."*

Ainda em relação ao *cluster 2*, podemos citar a seguinte locução que exemplifica a categoria E9 *"cedência"* e cujo elemento que a profere (cônjuge estrangeiro) afirma não haver diferenças entre casais mono e biculturais:

*"...mas se as pessoas conseguem conversar, e têm pontos de interesse de conversar e quando chegam a um ponto de desacordo vão falar em volta e um tem de ceder mais, e o outro cede um bocadinho, e a coisa funciona. Quer dizer, eu não estou a entender esta diferença entre o bicultural e o normal!"*

Como já referimos anteriormente, sendo esta uma investigação qualitativa, procurámos, acima de tudo, levantar hipóteses para os dados que observámos. cremos que há dados bastante interessantes a retirar da análise de *clusters*, em especial as apreciações diferentes que os cônjuges fazem das mesmas categorias. Sugerimos investigação futura que incida neste aspectos, de forma a revelar mais claramente, a dinâmica que se estabelece no casal para a ocorrência destes dados.

## 9. Limitações e Críticas:

O presente estudo denota algumas limitações, que gostaríamos de partilhar. Antes de mais, algo que é preclaro: o facto de "cônjuge nativo" ou "cônjuge estrangeiro" ser uma operacionalização algo frágil da questão da biculturalidade. O casal pode ser bicultural, mas residindo num país em que os dois são estrangeiros. Este caso ocorreu no presente estudo, em que um dos casais era uma díade em que ela era Estónia e ele Indiano. O problema foi "contornado" através do tempo de permanência em Portugal de um ser maior do que o outro e, portanto, o primeiro ser considerado, artificialmente, nativo. Pediu-se também que o casal se imaginasse nos seus países de origem, com o respectivo cônjuge.

Em relação à entrevista semi-estruturada, alguns casais referiram que a forma como as perguntas estavam feitas não acentuava as questões culturais em que as diferenças poderiam ser mais notórias. Todavia, é mister apontar que ideia de base foi precisamente essa. Julgámos ser preferível que as perguntas fossem menos concorrentes para o objectivo de levar os casais a centrarem-se *exclusivamente* nas suas culturas/nacionalidades. Deixámos, assim, mais espaço livre para que os casais foquem os pontos que *o casal acha essenciais*, e não os pontos que *o investigador acha essenciais*.

Respeitante à tarefa de cotação categorial das entrevistas, o facto de não ter havido outro elemento cotador das categorias e da frequência dos indicadores de forma a convergir as duas cotações. Este facto foi contornado com uma denotação rigorosa das regras postuladas por Bardin (2004) para a elaboração de categorias.

Achámos que poderia ser interessante utilizar um teste não-paramétrico paralelamente com a análise de *clusters* já que o tamanho da amostra é reduzido ( $n < 10$ ). Em relação à análise de *clusters*, e como refere Pereira (2003), os métodos de análise de *clusters* são exploratórios na sua natureza, e portanto a ideia é gerar hipóteses, em vez de testá-las. Assim, para testar as hipóteses que, talvez com incúria, fomos submetendo à apreciação do leitor, seria importante testar as mesmas através de uma metodologia quantitativa.

## 10. Conclusão

Num mundo que é cada vez mais mundo e menos nações divididas por redes e paredes, as relações biculturais podem ser quase vistas como metáforas da possibilidade, e até da necessidade, da convergência e do compromisso. Uma relação bicultural, e os casais entrevistados referiram este facto sem cessar, está assente em pressupostos de amor pelo outro, o respeito profundo, a intimidade que surge de crises ultrapassadas com sucesso, a amizade e o carinho. No fundo, no mais profundo recife do cérebro, é o amor que une duas pessoas. A cultura, a língua, os valores, etc., tudo isso é facilmente negociado, desde que essa premissa base esteja viva. Relembremo-nos que apesar de ser um casal bicultural, é um casal. E que são dois indivíduos que tentam ser felizes, que procuram os mesmos objectivos, ou nem por isso. Mas que querem e trabalham para estar juntos, não estando dispostos a abdicar disso só porque a cultura de um choca com a do outro. Mais prosaicamente, os nossos dados vão no mesmo caminho da literatura (cf. Lind, 2008) quando se refere que o acordo é extremamente importante nas relações biculturais. Mais, a análise realizada sugere que a frequência que os cônjuges estrangeiros e os cônjuges nativos conferem às categorias de factores culturais divergentes e presença de aspectos decididos pelo cônjuge nativo é desigual, sendo mais preponderante para os cônjuges estrangeiros. Os dados obtidos fornecem pistas para investigação com metodologia quantitativa na questão de possíveis diferenças entre a apreciação de cônjuges nativos e estrangeiros sobre as contingências que envolvem o acordo em casais biculturais.





## 10. Bibliografia

- Adair, W. L. & Brett, J. M. (2005). The Negotiation Dance: Time, Culture, and Behavioral Sequences in Negotiation. *Organization Science*, Vol. 16, No. 1, January–February 2005, pp. 33–51.
- Adams, J. (2004). "This Is Not Where I Belong!" the Emotional, Ongoing and Collective Aspects of Couples' Decision Making about Where to Live, *Journal of Comparative Family Studies*, Vol. 35, 2004.
- Baltas, Z., & Steptoe A. (2000). Migration, culture conflict and psychological well-being among Turkish-British married couples. *Ethnicity & Health*, 5, 173-180.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, D. C., Chafetz, J. S., & Horn, L. H. (1982). Marital Conflict Resolution: A Study of Strategies and Outcomes *Journal of Family Issues*. 3; 111.
- Bialystok, E., Craik F., & Luk G. (2008). Cognitive Control and Lexical Access in Younger and Older Bilinguals. *Journal of Experimental Psychology Learning, Memory, and Cognition* Vol. 34, No. 4, pp. 859 – 873.
- Bittles, A. H., & Egerbladh, I. (2005). The Influence of Past Endogamy and Consanguinity on Genetic Disorders in Northern Sweden. *Annals of Human Genetics*, 69, pp. 549–558.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.

- Bruine de Bruin, W. Fischhoff, B. (2007). Individual Differences in Adult Decision-Making Competence. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 92, No. 5, pp 938 –956.
- Burck, C. (2004). Living in several languages: Implications for therapy. *Journal of Family Therapy*, 26: 314–339.
- Cameron, S. & Wycoff, S. M. The destructive Nature of the Term Race: Growing Beyond a False Paradigm. *Journal of counseling and development*, vol.76.
- Cardús i Ros, S. (2005). Reflections on the bicultural experience, immigration, and national identity in Catalonia: The memory of immigration in Catalan nationalism , *Journal of Iberian Studies*, Vol. 18, Number 1
- Curhan, J. R., Elfenbein H.A & Xu H. (2006). What Do People Value When They Negotiate? Mapping the Domain of Subjective Value in Negotiation. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 91, No. 3.
- Ericsson, K. A., & Simon, H. A. (1980). Verbal Reports as Data. *Psychological Review*, vol. 87, 3, pp. 215-250.
- Falicov, C., J. (1995). Cross-Cultural Marriages. In N.S Jacobson, & A.S Gurman (Eds.), *Clinical handbook of couple therapy* (pp. 231-246). New York: Guilfort Press.
- Gager, C. T., & Sanchez, L. (2003). Two as One?: Couples' Perceptions of Time Spent Together, Marital Quality, and the Risk of Divorce. *Journal of Family Issues*, 24; 21.
- Gergen, K. J., & Gergen, M. (2004). *Social Construction-Entering The Dialogue*. Chagrin Falls, Ohio: Taos Institute Publications.

- Godwin, D. & Scanzoni, J. (1989). Issues and Spouses: Couple Decision Making: Commonalities and Differences Across. *Journal of Family Issues*, 10; 291
- Hogarth, R. M. (1983). *Judgment and Choice: The Psychology of Decision*. New York: John Wiley & Sons.
- Knudson, R. A., Sommers, S., & Golding, S. (1980). Interpersonal Perception and Mode of Resolution in Marital Conflict. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, pp. 751-763.
- LaFromboise, T., Coleman, H. L. K., & Gerton, J. (1993). Psychological Impact of Biculturalism: Evidence and Theory. *Psychological Bulletin*, Vol. 114, No. 3, 395-412.
- Lind, W. (2008). *Casais Biculturais e Monoculturais: Diferenças e Recursos*. Tese de Doutoramento em Psicologia Social.
- Mattoso, J. (s/data). A Nobreza Medieval Portuguesa no Contexto Peninsular. *Revista da Faculdade de Letras*. Download em 13 de Maio de 2009.
- McGoldrick, M., Giordano, J., & Pearce, J. K. (1982). *Ethnicity and family therapy*. New York: Guilford Press.
- Miles, B.M. & Huberman, A.M. (1994). *Qualitative data analysis*. London: Thousand Oaks, Sage Publications.
- Miranda, A. O., Estrada, D., & Jimenez, M. F. (2008). Stages of Acculturation Differences in Family Cohesion, Adaptability, and Environment among Latino Families in Dissimilar. *The Family Journal*, 8; 34.

- Mishne, J. (2002). *Multiculturalism and the Therapeutic Process*. New York: The Guilford Press.
- Molina, B., Estrada, D., & Burnett, J. A. (2004) Intercultural Couplehood Cultural Communities: Challenges and Opportunities in the Creation of "Happily Ever After" Stories of Intercultural couplehood. *The Family Journal*, 12; 139.
- Ochsman, R. (1979). Husband/Wife interactions in making purchasing decisions. *The Journal of Psychology*, 103, pp. 145-157.
- O'Leary, K. D., & Smith, D. A. (1991). Marital Interactions. *Annual Review of Psychology*, 1991. 42:191-212.
- Pearson, R. (1984). A Brief Note on Exogamy and Evolution. *Mankind Quarterly*, Vol. 24, Issue 4, p. 391.
- Pereira, A. (2003). *Guia Prático da Utilização do SPSS – Análise de Dados para Ciências Sociais e Psicologia*. Lisboa, Edições Sílabo.
- Phinney, J. S., & Devich-Navarro, M. (1996). Ethnicity and perceptions of being a "typical American" in relationship to ethnic identity development. *International Journal of Intercultural Relations*, vol. 29, issue 3, Maio 2005, pp. 355-366.
- Romano, D. (2001). *Intercultural Marriage - Promises & Pitfalls* (2nd ed.). Yamouth, Maine, USA: Intercultural Press.
- Romero, A.J., Martinez, D., & Carvajal S.C. (2007). Bicultural Stress and Adolescent Risk Behaviors in a Community Sample of Latinos and Non-Latino European Americans. *Ethnicity and Health*, Vol. 12, No. 5, November, pp. 443-463.

- Stroink, M. L., & Lalonde, R. N. (2009). Bicultural Identity Conflict in Second-Generation Asian Canadians. *The Journal of Social Psychology*, 2009, 149(1), 44–65.
- Sullivan, C., & Cottone, R. R. (2006). Culturally based couples therapy and intercultural relationships: A review of the literature. *The Family Journal*, 14, 221-225.
- Thomas, E. J. (1977). *Marital Communication and Decision Making: Analysis, Assessment, and Change*. New York: The Free Press.
- Thomson, E. (1991). Two into one: Structural Models of Couple Behaviour. In T.W Draper & A.C Marcos (Eds.), In *Family Variables: Conceptualization, measurement and use*. California: Sage Publications Inc.
- Vasconcelos e Sousa, B. (2007). Linhagem e Identidade Social na Nobreza Medieval Portuguesa (Séculos XIII-XIV). *Revista Española de Historia*, vol. LXVII, núm. 227, septiembre-diciembre, pp. 881-898.
- Weber, E. U., & Johnson, E. J. (2008). Mindful Judgment and Decision Making. *Annual Review of Psychology*. 2009. 60:53–85.
- Yi, C. C., & Chien, W. Y. (2006). Does Conjugal Disparity Affect Marital Relations?: A Comparative Study of Taiwan, Shanghai and Hong Kong. *Current Sociology*, 54, 229.

## Anexo I

		Total cj. Est.	Total cj. Nati	Total
<b><u>A - Associações a "Casais Biculturais"</u></b>				
A1	Comum (frequente, maior quantidade hoje em dia, etc.)	3	9	12
A2	Pessoas/casais em situação de biculturalidade	3	8	11
A4	Causas das migrações (questões económicas/mais oportunidades, etc.)	2	2	4
A5	Aculturação	1	2	3
A6	Diferentes línguas	4	1	5
A7	Conhecer diferentes culturas/nacionalidades (ideiais, mundo visões, etc.)	13	11	24
A10	Diferentes gastronomias	6	3	9
A11	Interesse por outras culturas	5	2	7
A12	Incomum (surpresa, não espectância, diferente, etc.)	3	4	7
A13	Partilha	3	5	8
A15	Atribuições positivas (bom, atractivo, interessante, pessoas mais flexíveis, etc.)	13	7	20
A16	Atribuições negativas	2	2	4
A17	Mais valias associadas à biculturalidade	8	17	25
<b><u>XXX - Dificuldades associadas à biculturalidade</u></b>				
XXX1	Diferenças na e da linguagem (língua, expressões, metáforas, etc.)	10	18	28
XXX2	Descriminação	7	5	12
XXX3	Sistema Burocrático	3	1	4
XXX4	Diferente religião	7	7	14
XXX5	Não aceitação da família	3	12	15
XXX7	Sentimento de estar longe de casa ("saudades")	9	17	26
XXX8	Diferenças na educação	1	5	6
XXX9	Diferenças na cultura (nacionalidade, crenças, experiências vividas, etc.)	1	11	12
XXX10	Onde viver	2	5	7
XXX11	Rede Social diminuída (conterâneos, etc.)	3	5	8
<b><u>PA - Ideias associadas ao Processo de Acordo</u></b>				
IA1	Discussão/Desacordo	12	29	39
IA2	Processo Estruturado (princípio, meio mas não necessariamente um fim)	1	10	11
IA3	Processo Desestruturado	0	4	4
IA4	Tomada de Decisão	3	5	8
IA5	Inépcia para Lidar com a situação (frustração) "... estamos chateados com a situação, depois é connosco próprios por não conseguirmos resolvê-la ..."	3	4	7
IA6	Escalação simétrica "... se uma pessoa não faz a outra não vai fazer ..."	2	5	7
IA7	Latência da temática do desacordo "... podemos nem ter consciência do problema ..."	2	2	4
IA8	Desacordo é temporalmente limitado "... estamos chateados uns vinte mns ..."	2	3	5
IA9	Acordo desnecessário	2	10	12
IA10	Flexibilidade do Acordo	0	5	5
IA11	Implicação do Acordo na manutenção da relação	14	17	31
<b><u>F - Facilitadores do Acordo</u></b>				
F1	Racionalização	3	6	9
F2	Cedência	9	8	17
F3	Problema anédono para um dos dois	3	2	5
F4	Conhecer a cultura/país, etc. do outro	17	15	32
F5	Características personalidade	13	20	33
F6	Tipo de relação (dinâmica do casal)	5	11	16

F7	Comunicação intra-casal	6	8	14
F8	Vivência conjunta dia-a-dia (horários, emprego, etc.)	2	2	4
F9	Questões de género	2	1	3
F10	Perceber a perspectiva do outro	5	10	15
F11	Relações Familiares	8	6	14
F12	Gostos/Crenças semelhantes	4	6	10
F13	Procura de manter os rituais	4	10	14
F14	Conhecer o outro independentemente da cultura (gostos/hábitos/classe socia/etc.)	26	40	62
F15	Tempo alargado de permanência do cj.est no país do cj.nati.	8	8	16
F16	Compromisso	10	11	21
F17	Paralelismo entre aspectos de uma cultura e outra	8	18	26
F18	Pouca gravidade da situação	9	18	27
F19	Sentimentos & Emoções positivos	3	12	15
F20	Mesmos objectivos	16	11	27
F21	Mesma língua	10	12	22
F22	Conhecer a língua do outro	9	6	15
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
		<b>cj. Est.</b>	<b>cj. Nati</b>	
<b><u>D - Dificultadores do Acordo (ENDÓGENOS AO CASAL)</u></b>				
D1	Interesses/gostos/querenças/ necessidades pessoais diferentes ("...mas às vezes não tenho paciência para respeitar a opinião dele...")	37	30	67
D2	Factores culturais divergentes	14	26	40
D3	Medo de ofender o outro/Respeito pelos sentimentos do outro	12	9	21
D4	Sentimentos & Emoções negativos	15	11	26
D5	Características personalidade	8	28	36
D6	Tipo de Relação	2	2	4
D7	Comunicação intracasal	6	7	13
D8	Questões de género	1	0	1
D9	Independência em relação ao outro	1	8	9
D10	Objectivos diferentes	10	7	17
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
		<b>cj. Est.</b>	<b>cj. Nati</b>	
<b><u>D - Dificultadores do Acordo (EXÓGENOS AO CASAL)</u></b>				
D11	Relações familiares	8	12	20
D12	Vivência conjunta dia-a-dia (horários, problemas diários, etc.)	5	4	9
D13	Não conhecer os gostos ou hábitos da outra pessoa	4	2	6
D14	Tempo de relacionamento	2	4	6
D15	Relações externas ao casal (amigos, colegas, ex-namorado@s, ..., excepto família)	11	13	24
D16	Gravidade da situação (grave)	4	9	13
D17	Condicionamentos externos (economia, cansaço, novos filhos, etc.)	12	16	28
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
		<b>cj. Est.</b>	<b>cj. Nati</b>	
<b><u>CA - Conjuntura do Acordo (ênfase na nacionalidade)</u></b>				
CA1	Presença de Aspectos decididos pelo cj.est.	26	22	48
CA2	Presença de aspectos decididos pelo cj.nati.	17	26	43
CA3	Ajuda do cj.nati. na decisão do cj.est.	11	13	24
CA4	Ajuda do cj.est. na decisão do cj.nati.	5	10	15
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
		<b>cj. Est.</b>	<b>cj. Nati</b>	
<b><u>CAL - Conjuntura do Acordo (ênfase na relação)</u></b>				
CAL1	Presença de aspectos decididos pela namorada/mulher	10	11	21
CAL2	Presença de aspectos decididos pelo namorado/marido	14	11	25
CAL3	Ajuda do marido na decisão da mulher	2	4	6
CAL4	Ajuda da mulher na "decisão" do marido	0	0	0
		<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
		<b>cj. Est.</b>	<b>cj. Nati</b>	
<b><u>E - Estratégias de Acordo</u></b>				
E1	Comunicar/falar/dialogar	19	54	73

E2	Afastamento propositado da situação desencadeadora do problema	14	10	24
E3	Acordo como aprendizagem e mediador (progressiva facilidade na resolução de problemas semelhantes no futuro)	21	36	57
E4	Decisão da solução em conjunto (acordo satisfaz duas partes "...encontramos uma coisa no meio..")	27	45	72
E5	Decisão individual	7	21	28
E6	Alternância"...se hoje vamos jantar onde ele aquer, amanhã vamos onde eu quero..."	5	11	16
E7	Explicação de pontos de vista	4	12	16
E8	Tipo de acordo associado a níveis de gravidade e premência da situação que necessita de resolução	9	13	22
E9	Cedência	13	24	37
E10	Consultar o outro (ver os prós e contras)	8	19	27